

Revista



FEBASE

Ano V
N.º 44
1,50 €
Junho de 2014

Federação do Sector Financeiro



Diretores Adjuntos: Aníbal Ribeiro, Carlos Marques, Horácio Oliveira e Mário Mourão

Diretor: Delmiro Carreira



Barclays e BBVA abandonam trabalhadores

Bancos pretendem sair de Portugal
sem esclarecer Sindicatos
quando e em que condições



À descoberta
dos miradouros de Lisboa

19



Conselho Geral
aprova Relatório
e Contas de 2013

4

Ficha Técnica

Propriedade:
Federação do Setor Financeiro
NIF 508618029

Correio eletrónico:
revista.febase@gmail.com

Diretor:
Delmiro Carreira – SBSI

Diretores Adjuntos:
Aníbal Ribeiro – SBC
Carlos Marques – STAS
Horácio Oliveira – SBSI
Mário Mourão – SBN

Conselho editorial:
Firmínio Marques – SBN
Patrícia Caixinha – STAS
Rui Santos Alves – SBSI
Sequeira Mendes – SBC

Editor:
Elsa Andrade

Redação e Produção:
Rua de S. José, 131
1169-046 Lisboa
Tels.: 213 216 090/062
Fax: 213 216 180

Revisão:
António Costa

Grafismo:
Ricardo Nogueira

Execução Gráfica:
Xis e Ére, Lda.
xer@netcabo.pt
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.
2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 64.000 exemplares
(sendo 5.500 enviados por
correio eletrónico)
Periodicidade: Mensal
Depósito legal: 307762/10
Registado na ERC: 125 852

sumário

SINDICAL | Atualidade

Conselho Geral aprova Relatório e Contas **4**
Mais um ano difícil no setor financeiro **5**
Despedimento coletivo volta à banca **5**
ACT do IFAP extinto por decreto **6**
BCP liderou rescisões **7**
Privilegiar a informação **8**
Entre o lazer e a reflexão **9**
Exercício positivo **9**

CONTRATAÇÃO | Banca

Barclays e BBVA sem respostas **10**
Retomadas negociações do ACT **12**

CONTRATAÇÃO | Seguros

CCT para a Atividade Seguradora:
Um novo caminho... esperança reforçada! **14**

JURÍDICAS | Questões

O Orçamento e o Tribunal Constitucional **15**

INQUÉRITO | O 25 de Abril e os sindicatos

António Saraiva:
"Dar espaço de intervenção à negociação coletiva" **16**

Entrevista | Atualidade

Coordenador incentiva reformados:
"Venham experimentar a Universidade Sénior" **18**

TEMPOS LIVRES | Nacional

Lisboa revisitada através dos miradouros **19**
Caminhar em Mafra **19**



20

| **STAS Actividade Seguradora**



23

| **Bancários Sul e Ilhas**



26

| **Bancários Norte**



29

| **Bancários Centro**



TEXTO: CARLOS MARQUES

Mais de seis milhões de portugueses decidiram não exercer o seu dever de cidadania, não indo por isso às urnas, esquecendo quanto da nossa cidadania plena se encontra hoje completamente dependente do que se decide em Bruxelas

Cidadania

O usufruto da cidadania plena é um direito? Uma obrigação? Ou pura e simplesmente algo que se usa quando interessa e se descarta quando não?

Estas questões, parte de interrogações mais complexas, nascem do recente comportamento dos cidadãos portugueses ao não participarem nas eleições europeias. De facto dois terços dos cidadãos com capacidade eleitoral, isto é, mais de seis milhões de portugueses, decidiram não exercer o seu dever de cidadania, não indo por isso às urnas, esquecendo quanto da nossa cidadania plena se encontra hoje completamente dependente do que se decide em Bruxelas.

Não me interessa, para este exercício, procurar as explicações que cada um certamente terá ou dará para justificar a não participação neste ato cívico. Interessa-me tão-somente tentar alertar as consciências para os riscos a que esta abstenção do direito de votar pode conduzir.

O uso pleno do direito de voto pela totalidade dos portugueses sem discriminação, de qualquer natureza, somente foi obtido com a revolução de Abril, nomeadamente com a Constituição Portuguesa que nasceu da Assembleia Constituinte, tendo começado a vigorar no dia 2 de abril de 1976. Isto é, há pouco mais de 38 anos.

Até lá, um longo e complexo caminho de avanços e recuos ocorreram desde o início do século dezanove, nomeadamente a partir da primeira constituição do reino de Portugal, que em 1822 proclamou que todos os portugueses eram cidadãos. A verdade é que nem todos os

portugueses eram cidadãos. Os mendigos, os analfabetos – uma grande parte da população masculina –, os criados e os membros das ordens religiosas estavam então impedidos de votar, não esquecendo a totalidade das mulheres: a este propósito, em 1821 nem a galeria pública da então designada Câmara dos Deputados as mulheres podiam frequentar.

Temos, assim, que foram precisos quase 150 anos para que todos os portugueses, independentemente do género, habilitação académica, credo ou raça, vissem reconhecido o direito total da cidadania expresso, entre outras coisas, no uso pleno do voto.

Agora, desprezando todo o caminho percorrido, dois terços dos eleitores decidiram não votar.

Certamente que cada um que não o fez terá uma desculpa. Mas, em minha opinião, se excluirmos aqueles que por imponderáveis de saúde ou por impedimentos de última hora possuem uma justificação plausível, temos para todos os outros o abdicar do exercício pleno e livre da Cidadania.

Espero e desejo que todos reflitam no que representou este ato e naquilo que é o hipotecar dos direitos a troco de nada. E, convém referir, que existe votando outras formas de mostrar tudo aquilo que vai na alma de cada cidadão. É esse o trilho que deverá ser futuramente percorrido e não este.

Não foi para este baixar de braços que os defensores da liberdade percorreram este longo caminho tortuoso e cheio de obstáculos. ■

Conselho Geral aprova Relatório e Contas



O documento que sintetiza a atividade da Federação em 2013 e os resultados do exercício mereceu o voto favorável dos conselheiros, registrando apenas duas abstenções

TEXTOS: **INÊS F. NETO**

O Conselho Geral da Febase aprovou por maioria e com apenas duas abstenções o Relatório de Atividades e as Contas de 2013, na sessão realizada dia 26 de maio, em Coimbra.

O documento foi apresentado por Aníbal Ribeiro, que assumiu o cargo de secretário-geral da Febase. Cumprindo a norma estatutária de rotatividade, o Secretariado, que se reuniu durante a manhã, deu a sua confiança ao vice-presidente do SBC para durante um ano assumir a liderança da Federação, substituindo Mário Mourão (SBN).

Também a Mesa elegeu o seu novo presidente. Freitas Simões, do SBC, sucede a Fernando Martins (SBSI) naquela função.

Já as contas de 2013, que mereceram o parecer positivo da Comissão Fiscalizadora, foram explicadas pela tesoureira Helena Carvalheiro.

No ponto dedicado a informações, Rui Riso, vice-secretário-geral da Febase, fez um ponto de situação relativamente aos processos mais preocupantes no setor bancário: Barclays, BBVA e seguros do Grupo BCP (ver pág. 10).

Rui Riso criticou duramente os bancos que se instalam no País e abandonam a atividade quando ela se torna "menos rentável".

Este tema mereceu uma atenção especial dos conselheiros, dado os seus reflexos na empregabilidade do setor.

A venda do ramo segurador não-vida do BCP a uma companhia belga foi igualmente abordada. Aos trabalhadores envolvidos foi dada a opção de voltar ao setor bancário ou ficar no segurador.

Rui Riso referiu-se ainda à eventual privatização da CGD. Face às notícias divulgadas, a Febase decidiu solicitar

reuniões aos responsáveis pelo banco público, nomeadamente ao Ministério das Finanças, para obter esclarecimentos.

Relativamente à CGD, a Federação pretende saber se o banco vai ou não ser privatizado e, em caso afirmativo, se o Estado mantém a maioria do capital.

Fidelidade repõe salários

Carlos Marques, também vice-secretário-geral da Febase, adiantou ao Conselho Geral que com a compra da Fidelidade por um grupo chinês os trabalhadores da seguradora viram retomados os seus direitos contratualizados. Ou seja, deixaram de vigorar as medidas impostas pelo Orçamento do Estado e os vencimentos serão pagos de acordo com a tabela salarial.

Há notícias ainda não confirmadas de que os trabalhadores serão compensados de algumas das perdas sofridas, acrescentou.

Por fim, Paulo Alexandre informou os conselheiros de que o processo negocial de revisão global do ACT foi retomado, dando conta de como está a decorrer (ver pág. 12).

Refira-se que, por iniciativa da Mesa, o Conselho Geral cumpriu um minuto de silêncio em homenagem de Armando Pinheiro, recentemente falecido. Armando Pinheiro era membro da Comissão Fiscalizadora de Contas da Febase e presidente do mesmo órgão do SBSI.

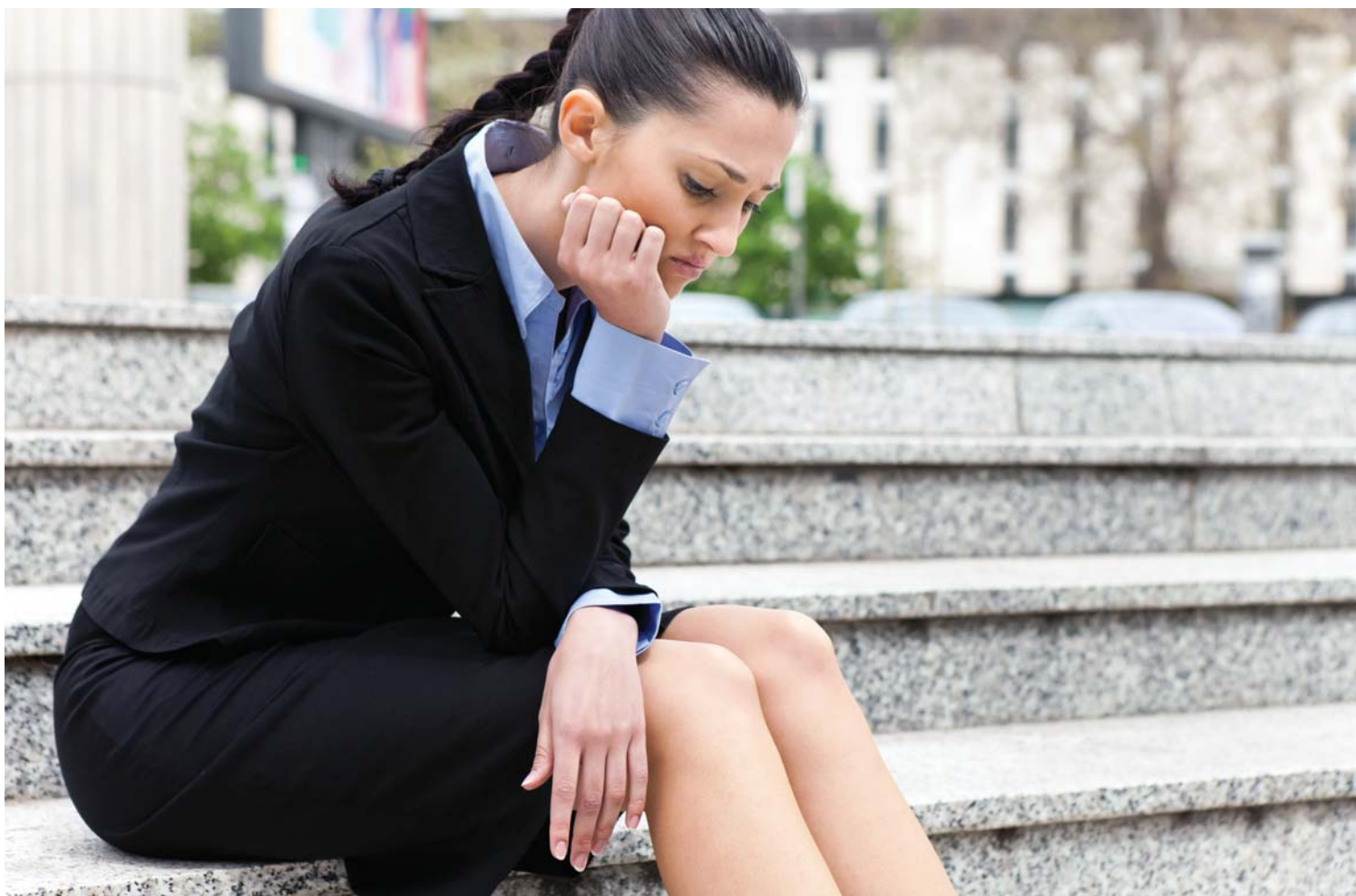
Exigir portarias de extensão

Esta foi uma sessão "morna" em termos de debate, como se constata pelo número reduzido de conselheiros que usaram da palavra: quatro. O Secretariado respondeu às dúvidas suscitadas.

Entre as intervenções, destaque para a de Delmiro Carreira, ao defender que a Febase deve exigir ao Governo a publicação de Portarias de Extensão do ACT a todo o setor bancário.

"Devemos aproveitar a fraqueza do Governo ao publicar a Portaria de Extensão relativa ao BCP, que ajusta temporariamente os salários, para reivindicar a publicação de outra que aplique o ACT às centenas de trabalhadores de instituições não subscritoras da convenção coletiva", explicou.

Para Delmiro Carreira, este é o momento para pressionar, pois a questão arrasta-se há anos "por falta de vontade política". ■



O balanço de 2013

Mais um ano difícil no setor financeiro

O ano de 2013 não deixou saudades aos trabalhadores da banca e dos seguros. Despedimentos coletivos no BIC/BPN e na Caixa Duero, rescisões de contrato no BCP e Barclays, cortes em salários e pensões nas instituições de capitais públicos e perda generalizada do poder de compra. A negociação coletiva conheceu inúmeros entraves. A Febase multiplicou-se em ações em apoio aos associados, como demonstra o Relatório e Contas

A crise económica e financeira atingiu a generalidade dos setores de atividade e teve, também, fortes repercussões no setor financeiro. Em 2013 a situação não registou melhorias, antes pelo contrário. As rescisões de contrato na banca foram um marco intransponível deste ano, tendo a Febase desenvolvido uma forte atividade no sentido de defender os postos de trabalho possíveis e conseguir melhores condições para os trabalhadores que aceitaram sair dos bancos.

Nas empresas de capitais públicos, os trabalhadores sofreram os cortes impostos pelo Orçamento do Estado, o que se refletiu também na dificuldade de negociação das convenções coletivas, quer na banca quer nos seguros.

Banca irredutível

Foi neste contexto hostil que decorreram as negociações do ACT do Setor ►

Despedimento coletivo volta à banca

Dois despedimentos coletivos tiveram lugar em 2013, no BIC/BPN e na Caixa Duero.

Face ao processo de despedimento coletivo seletivo que ocorreu no Banco BIC, envolvendo cerca de uma centena de trabalhadores, os sócios foram contactados pelos serviços dos Sindicatos para prestar informação sobre as diligências necessárias à impugnação do despedimento coletivo. Apenas duas ações foram interpostas, estando o processo ainda a decorrer.

Na Caixa Duero, logo que tomaram conhecimento da intenção de proceder a um despedimento coletivo, as Direções sindicais reuniram-se com a administração, exigindo que o tratamento a dar aos trabalhadores fosse, no mínimo, idêntico ao dos trabalhadores em Espanha.

Em ambos os casos, os Sindicatos puseram à disposição dos trabalhadores os seus serviços jurídicos, para acompanhamento e prestação de esclarecimentos.



► Bancário e o CCT da Atividade Seguradora.

O setor bancário, "um dos principais responsáveis pela crise mundial e também em Portugal, pretende agora valer-se da situação criada para alterar profundamente a convenção coletiva, fazendo uma limpeza nos direitos conseguidos pelos trabalhadores ao longo

de décadas", refere o documento da Febase, acrescentando: "As instituições de crédito encontraram, no clima de desregulamentação das relações laborais que assola o País, um terreno fértil para tentarem concretizar o que há muito vêm reclamando: um ACT de bases mínimas, deixando a cada instituição mão livre para fazer, à sua von-

tade, a gestão de recursos humanos".

Ao longo de todo o ano, o comportamento dos representantes da banca foi de total irredutibilidade, inviabilizando qualquer hipótese de acordo, o mesmo sucedendo relativamente à revisão da tabela salarial. Pelo terceiro ano consecutivo não houve aumentos salariais.

ACT do IFAP extinto por decreto

A excepcionalidade de 2013 chegou ao ponto de o Governo extinguir uma convenção coletiva através de decreto-lei. Foi o que aconteceu no IFAP, cuja aplicação do ACT foi extinta com a publicação do decreto-lei 19/2013, de 6 de fevereiro.

Os Sindicatos da Febase requereram, junto da Presidência da República, do Procurador-Geral da República, do Provedor de Justiça e dos grupos parlamentares, o desencadear do processo de fiscalização sucessiva da constitucionalidade do diploma, invocando, nomeadamente, a violação dos princípios constitucionais da contratação coletiva, da igualdade, da tutela da confiança e do não retrocesso social.

"Refira-se que este pedido veio na sequência do trabalho desenvolvido junto das autoridades responsáveis pela condução do processo legislativo referente à integração plena dos trabalhadores do IFAP e das DRAP (oriundos do ex-IFADAP) nas carreiras da adminis-

tração pública, com o consequente estatuto remuneratório e posterior integração, por força da publicação do DL 30/2013, no regime geral da Segurança Social e do fundo de pensões na Caixa Geral de Aposentações", refere o Relatório.

Simultaneamente, e atendendo ao prejuízo relevante e irreparável, foram intentadas duas providências cautelares, uma no Supremo Tribunal Administrativo e outra no Tribunal do Trabalho, requerendo, respetivamente, a suspensão da eficácia do ato de derrogação do ACT do Setor Bancário inscrito no art.º 9.º do diploma, bem como o reconhecimento por parte do IFAP da manutenção do ACT do Setor Bancário, independentemente da entrada em vigor do decreto-lei.

A Febase apresentou ainda, através da UGT, uma queixa referente à violação, pelo Governo português, do direito à contratação coletiva, para ser veiculada junto da OIT.

Embora esta tenha sido a situação mais grave, registou-se ainda a "integração compulsiva" dos trabalhadores da Parvalorem no regime geral da Segurança Social e a transferência do seu fundo de pensões para a Caixa Geral de Aposentações – tudo isto sem qualquer negociação com os Sindicatos.

Em virtude desta situação, os trabalhadores viram o seu vencimento reduzido em 8%, por força do aumento da contribuição para a Segurança Social.

Apesar de várias insistências dos Sindicatos da Febase, a posição da empresa vai no sentido de não contemplar a pretensão dos trabalhadores, ou seja, de compensá-los da redução da retribuição, pelo que se optou pelo recurso aos tribunais.

Relativamente ao fundo de pensões, foram solicitados esclarecimentos às várias entidades oficiais, sem qualquer efeito prático, já que todas argumentaram não serem responsáveis pela decisão. ■



O Secretariado reuniu-se de manhã para preparar o Conselho Geral



Aníbal Ribeiro é o novo secretário-geral da Febase

Apesar disso, o processo negocial registou alguma evolução, tendo sido possível "um entendimento em matérias que, sendo importantes do ponto de vista das garantias, não são, contudo, determinantes ou inovadoras relativamente às que constam quer da proposta das Instituições de Crédito, quer das apresentadas pela Febase", salienta-se no Relatório.

Para a Federação, o prolongamento das negociações é prejudicial aos trabalhadores. Neste contexto, "não se pode correr o risco de ficar sem convenção, mas tal não significa que se deva fazer um acordo a qualquer custo", frisa.

Seguros à espera

No setor segurador, a atualização do CCT, nomeadamente no que concerne a cláusulas de expressão pecuniária e tabela salarial, "ficou prejudicada pelo facto de existirem no setor empresas ▶

BCP liderou rescisões



As rescisões por mútuo acordo tornaram-se uma prática no setor bancário e 2013 não foi diferente. A redução de efetivos tem sido um instrumento de gestão para a resolução dos problemas dos bancos e a Febase tem lutado para defender postos de trabalho, por um lado, e para conseguir melhores condições compensatórias para os trabalhadores que optam por deixar as instituições.

O caso mais paradigmático vivido o ano passado foi o do BCP, quer pela dimensão quer pela negociação de uma solução.

A administração do BCP apresentou aos Sindicatos uma proposta de negociação, resultante do acordo firmado entre o banco, a DGComp e o Estado Português com o objetivo de recapitalização da instituição. O acordo tripartido impõe, para os próximos quatro anos, uma redução dos custos com pessoal para valores da ordem dos 392 milhões de euros – uma diminuição de cerca de 160 milhões – e do quadro de efetivos para 7.500 trabalhadores.

Caso não o conseguisse pela via do diálogo com os Sindicatos, o BCP ameaçava recorrer ao despedimento coletivo de cerca de 1.800 trabalhadores, com base nas regras do Código do Trabalho.

Após dois meses de intensa negociação, em 31 de dezembro foi assinado um "Memorando de Entendimento – Forma-

lização dos princípios negociais acordados com os Sindicatos para revisão do ACT do Millennium BCP".

O acordo alcançado permitiu encontrar uma solução que garante da melhor forma os direitos dos trabalhadores – sobretudo o direito à retribuição – bem como salvaguardar cerca de quatro centenas dos postos de trabalho.

Os Sindicatos conseguiram ainda condições sociais e financeiras mais vantajosas para os trabalhadores que voluntariamente abandonem o banco, através de rescisões de contrato por mútuo acordo e de reformas antecipadas, e a possibilidade de os trabalhadores serem posteriormente ressarcidos dos valores retidos por via do ajustamento salarial.

O outro caso que pelo seu volume marcou o ano foi o do Barclays, que avançou com um segundo plano de rescisões, envolvendo 350 trabalhadores e o encerramento de 100 balcões.

Os Sindicatos reuniram-se com a direção ibérica de recursos humanos do Barclays e ficou acordado que seriam devidamente informados sobre o modelo de rescisão a adotar, bem como dos balcões que se propunham encerrar.

Os associados foram acompanhados pelos serviços jurídicos dos respetivos Sindicatos, nomeadamente no aconselhamento e na análise da legalidade das propostas apresentadas. ■



O Secretariado apresentou o documento aos conselheiros

- de capital público, a quem foram impostas algumas medidas do OE", é explicado no Relatório.

No entanto, foi possível clarificar algumas dúvidas quanto à aplicabilidade de certas cláusulas constantes do CCT de 2012, e proceder ao acompanhamento do processo relativo à informação detalhada do Plano Individual de Reforma (PIR) para todos os trabalha-

dores abrangidos pela convenção coletiva. O STAS solicitou a intervenção do Instituto de Seguros de Portugal enquanto entidade tutelar dos fundos de pensões, para a verificação, seguradora a seguradora, do modelo a implementar em cada uma delas.

No que diz respeito à negociação coletiva do setor, foram também enviadas propostas de revisão dos CCT às associações de agentes e corretores de seguros (ANACS) e de mediação profissional de seguros (APROSE). No primeiro caso decorreram ainda algumas reuniões, "nas quais se verificaram tentativas da associação em retirar direitos e garantias em vigor no contrato vigente"; no segundo caso só em 2014, e após as eleições para a direção, a associação patronal apresentará uma contraproposta.

Ainda no âmbito da contratação, foi celebrado um protocolo com a Cosec, que garantiu os direitos dos trabalhadores cujo vencimento-base era superior ao fixado na tabela salarial.

Já o Hospital Cuf Infante Santo solicitou a caducidade do Acordo de Empresa (AE) celebrado com o STAS. Apesar da exposição apresentada pelo Sindicato, que referia os termos pouco claros das negociações, a DGERT aceitou a caducidade. O STAS pretende apresentar este ano "uma proposta de AE que torne viável a negociação".

Normas do OE

Como em anos anteriores, a Fabase pronunciou-se contra os cortes impostos no OE 2013, que afetaram os trabalhadores do setor financeiro que pertencem às empresas do setor empresarial do Estado, entre os quais os do Grupo CGD, da Parvalorem, BPN Crédito, IFAP, IHRU, IGCT, ITP e do ex-IFADAP.

Ao fim de alguns meses, surgiu a decisão do Tribunal Constitucional sobre os pedidos de fiscalização, declarando inconstitucionais as normas que visavam suspender o pagamento dos subsídios de férias aos trabalhadores no ativo e do 14.º mês ou equivalente de aposentados e reformados da CGD, do Banco de Portugal e dos institutos públicos.

Em função deste acórdão, os reformados cuja pensão é, em parte, suportada pela Segurança Social ou pela Caixa Geral de Aposentações (CGA) receberam o subsídio de férias nos termos habituais, tal como expresso nos respetivos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho. Estão neste caso os reformados de instituições como o Santander Totta, ex-BNU, CGD, BdP, IFAP, Banif e outros.

Entre as diversas empresas de capitais públicos, o Grupo CGD apresenta particularidades, o que levou os Sindicatos a defenderem, em reunião com a

Privilegiar a informação

"A Informação continuou a merecer um grande empenho do Secretariado, pela sua dupla missão: levar a mensagem aos associados e projetar a imagem da Federação no exterior", explica a Fabase no documento.

Ao longo do ano foram emitidos comunicados informativos, a sua maioria na área da contratação e ação sindical, complementando a informação transmitida através da revista Fabase, veículo primordial na divulgação de conteúdos sindicais.

Nas suas 10 edições, a revista dedicou especial atenção à negociação coletiva na banca e nos seguros, bem como a temas de relevância para os trabalhadores. Em páginas próprias, cada Sindicato noticiou os acontecimentos mais relevantes da sua atividade.

administração da Caixa, que as disposições do OE deviam ser acompanhadas de soluções compensatórias relativas aos cortes anteriores, de forma a evitar uma dupla penalização.

A administração comprometeu-se a adotar um "mecanismo de reversão" do impacto que as medidas de redução aplicadas em 2011 tiveram em cada trabalhador, o que veio a suceder.

Os sindicatos manifestaram ainda a sua preocupação com outras questões, como o reflexo do decreto-lei n.º 133 de 2013 nos subsídios de almoço e a reestruturação em curso.

A administração garantiu que a reestruturação está a ser efetuada com recurso a reformas antecipadas e à mobilidade interna dos trabalhadores, pelo que se admite não ser necessário recorrer a outros meios para atingir os objetivos propostos. ■

Entre o lazer e a reflexão

No âmbito da ocupação dos tempos livres, a Febase promoveu diversas iniciativas, sendo de realçar o concurso FotoFebase, o projeto Caminhadas e o ciclo de conferências.

Mais de três centenas de associados participaram nas sete caminhadas organizadas em 2013, o que permite à Federação concluir, ao fim do segundo ano, que se trata de uma modalidade com potencial, face ao "aumento significativo de participantes envolvidos em relação ao ano anterior (88%)".

Também o ciclo de conferências foi uma iniciativa de sucesso. As três conferências realizadas, duas em Lisboa e uma em Coimbra, subordinadas aos temas "Segurança Social pública – defesa do Estado Social e a sua sustentabilidade futura", "Segurança Social – modelos para a sua sustentabilidade" e "Que Rumos para o Sindicalismo" tiveram a participação de cerca de 300 pessoas.

Por fim, o concurso FotoFebase manteve o interesse dos associados, sendo crescente o número de participantes e de fotos a concurso: 125 e 80 por mês, respetivamente. ■

Exercício positivo

A Federação do Setor Financeiro terminou 2013 com um resultado líquido de quase 36 mil euros

As Contas da Febase de 2013 foram aprovadas pelos conselheiros, depois de terem merecido o parecer favorável da Comissão Fiscalizadora.

A Federação apresentava, a 31 de dezembro do ano passado, um saldo líquido de 35.720,84 euros, que contrasta com os 5.812,12 euros em igual período de 2012.

Nos rendimentos, destacam-se as quotizações, que totalizaram 179.710,00 euros. Para este valor contribuíram 107.836,00€ do SBSI (60%), 44.927,00€ do SBN (25%), 13.478,25€ do SBC (7,5%), 9.884,05€ do STAS (5,5%) e 3.594,20€ do SISEP (2%).

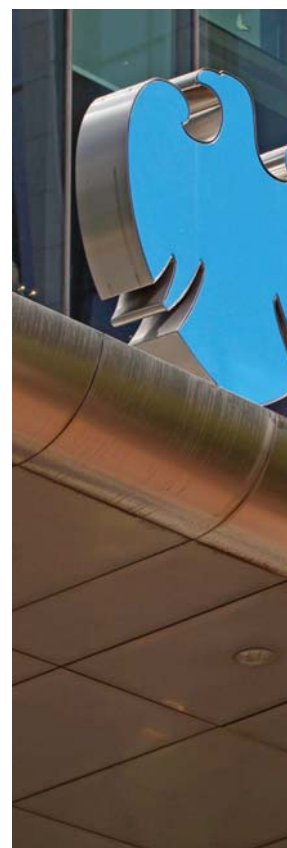
As vendas e serviços prestados atingiram 305.119,41 euros, que dizem respeito essencialmente à cedência da revista Febase aos sindicatos.

Registe-se ainda a rubrica "outros rendimentos e ganhos", no valor de 67.602,99 euros, composta pela publicidade na revista (20.100,00 €) e contribuições extraordinárias (47.500,00 €).

Relativamente aos gastos, que totalizaram 513.203,83 euros, assume maior relevância a rubrica "fornecimentos e serviços externos", com 501.107,27 €. ■



Rendimentos e gastos	Períodos	
	31-12-2013	31-12-2012
Quotizações	179.710,00	171.010,00
Vendas e serviços prestados	305.119,41	317.848,76
Fornecimentos e serviços externos	-501.107,27	-491.953,45
Gastos com pessoal	-4.366,11	-
Outros rendimentos e ganhos	67.602,99	20.345,51
Outros gastos e perdas	-7.730,45	-6.773,62
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	39.228,57	10.477,20
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	0,00	-1.257,06
Imposto s/ rendimento do período	-3.507,73	-3.408,02
Resultado líquido do período	35.720,84	5.812,12



Face às notícias sobre o fim da atividade em Portugal do Barclays e do BBVA, a Federação do Setor Financeiro solicitou reuniões às respetivas administrações. O banco inglês nada soube adiantar, o espanhol recusou o encontro. O tema dominou o Conselho Geral

Maio foi pródigo em más notícias para os trabalhadores do setor bancário. Em pouco mais de uma semana, multiplicaram-se as notícias sobre a saída de Portugal do Barclays e do BBVA.

Estes dois casos poderão vir a juntar-se aos de outros bancos nacionais que têm reduzido o quadro de pessoal, através de rescisões de contrato ou reformas antecipadas, aumentando o problema do emprego no setor.

Os Sindicatos da Febase não têm poupado esforços para obter esclarecimentos sobre o futuro dos trabalhadores daqueles bancos.

Na sessão de 26 de maio, o Conselho Geral tomou conhecimento das diligências que têm sido efetuadas. No ponto dedicado a informações, Rui Riso fez o balanço da situação, frisando que "os Sindicatos e a Febase têm feito tudo para esclarecer as notícias divulgadas na comunicação social".

O vice-secretário-geral da Febase deu conta da reunião efetuada com a administração do Barclays para a Península Ibérica e os pedidos de reunião enviados ao BBVA Portugal.

Barclays à espera

Os Sindicatos da Febase reuniram-se dia 9 de maio com a administração do Barclays em Portugal, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre as consequências do anúncio feito na véspera pelo CEO do Barclays, de que a atividade em Portugal não é estratégica para o banco.

A informação do desinvestimento em Portugal, Espanha, Itália e França foi acompanhada pelo anúncio de que o banco prevê reduzir cerca de 14 mil postos de trabalho a nível global.

O administrador do Barclays em Portugal confirmou aos Sindicatos a pretensão do banco de vender a operação, ou partes dela, em Portugal, embora tenha afirmado desconhecer

TEXTO: **INÊS F. NETO**

Sempre a reduzir

Anos	Barclays		BBVA	
	N.º Agências	N.º Trabalhadores	N.º Agências	N.º Trabalhadores
2010	279	2.459	93	839
2011	279	2.375	93	776
2012	260	2.046	86	758
2013*	182	1.755	86	742
2014**	147	1.600	83	750

Fontes: ABP e Febase

*Dados do primeiro semestre; **Dados até final de maio



quais ou quando tal será concretizado, uma vez que a casa-mãe aguarda a melhor oportunidade de negócio.

Os Sindicatos exprimiram a sua preocupação face à instabilidade que uma notícia desta natureza causa na vida dos trabalhadores, tanto mais que se desconhece a estratégia que o banco pretende seguir, sem um plano delineado para o curto e médio prazo.

Na reunião, o administrador de Pessoal prometeu que tudo será tratado com o máximo respeito pelos direitos dos trabalhadores, considerando ser possível que alguns possam ser transferidos para a entidade (ou entidades) que adquira a atividade a alienar.

"Lamentavelmente, a expansão do Barclays em Portugal foi feita através da contratação de trabalhadores de outros bancos, a quem foi prometido um projeto de vida – que neste momento o banco decidiu interromper", criticou Rui Riso.

Recorde-se que em 2012 e 2013 o Barclays fez duas reestruturações com redução de postos de trabalho, apresentadas aos Sindicatos como sendo a última necessária para o banco adequar a sua dimensão ao negócio.

Recentemente os Sindicatos foram surpreendidos pelas declarações do CEO, que consideram de enorme im-

prudência face à falta de projeto, desestabilizando os trabalhadores e podendo quebrar a confiança dos clientes no banco.

Ida a Inglaterra

Estão em causa cerca de 1500 postos de trabalho diretos, além de todos os outros que poderão ficar em risco com esta decisão.

O administrador do Barclays em Portugal garantiu que ao ter mais informações chamará novamente os Sindicatos.

Entretanto, através da UNI a Febase contactou os sindicatos ingleses e ficou a saber que a administração da casa-mãe adiantou que naquele país o processo seria complexo e demorado, pelo que os quatro países de onde o Barclays quer sair – Portugal, Espanha, França e Itália – terão de resolver os seus problemas.

A Febase vai enviar representantes a uma reunião que se realizará em Inglaterra para apurar o que o Barclays pretende fazer em Portugal.

Interrogações no BBVA

No que diz respeito ao BBVA, Rui Riso adiantou aos conselheiros que os

Sindicatos solicitaram já duas reuniões à administração em Portugal, que foram recusadas com o argumento de que o banco não comenta notícias da comunicação social.

O primeiro pedido foi feito a 31 de março, aquando da divulgação pública das primeiras informações.

A administração em Portugal respondeu afirmando não ser prática do banco comentar notícias, justificando assim não considerar viável a realização de uma reunião sobre o assunto.

A 15 de maio, e depois de confrontados com a notícia do possível encerramento da operação do BBVA em Portugal – com origem na comunicação social espanhola e amplamente divulgada no País –, os Sindicatos da Febase reiteraram o pedido de reunião ao banco.

A missiva sindical dava nota da anterior resposta, mas perante a perturbação e instabilidade que as notícias mais recentes estavam a causar aos trabalhadores, insistia na reunião, para conhecer as pretensões do banco.

A nova resposta da administração foi exatamente igual à primeira: rejeitou a reunião por não comentar notícias.

Face a esta posição, a Febase concluiu que a administração do BBVA em Portugal ou não tem informações sobre as decisões da casa-mãe ou não quer discutir com os Sindicatos o futuro do banco e dos seus trabalhadores.

A Federação lamentou o silêncio dos responsáveis, considerando ser importante que a reunião se efetuas-se, quanto mais não fosse para a administração transmitir de viva voz qual a intenção do banco sobre a sua presença em Portugal.

"Não podemos aceitar"

Perante os conselheiros, o vice-presidente da Febase criticou duramente os bancos que se instalam no País e abandonam a atividade quando ela se torna menos rentável, esquecendo os trabalhadores. "Isto não podemos aceitar", frisou.

"Vamos enfrentar estes processos com muita tranquilidade, porque de permeio existem trabalhadores e famílias", disse Rui Riso, considerando que neste momento a Febase deve ter "alguma contenção para proteger os trabalhadores e os seus interesses". "Iremos até ao fim, mas de forma comedida e sem elevado grau de exposição", concluiu. ■

Retomadas negociações do ACT

Após alguns meses de interrupção, a Febase e as instituições de crédito (IC) voltaram a sentar-se à mesa para prosseguirem as negociações da revisão global da convenção coletiva.

Apesar das divergências em matérias importantes para os trabalhadores, as entidades patronais demonstram vontade de alcançar um acordo

TEXTO: **INÊS F. NETO**



O grupo negociador da Febase

As negociações de revisão do ACT do setor bancário começaram a 15 de maio, com as partes a decidir alterar a periodicidade das sessões de quinzenais para semanais, com o objetivo de acelerar o processo.

As negociações foram retomadas com a análise de um conjunto de cláusulas em que as partes se tinham comprometido a reanalisar a proposta inicial, tendo em vista a possibilidade de um entendimento.

A nova reformulação permitiu que se verificasse uma evolução de posições, registando-se convergência entre a Febase e as IC em algumas matérias que ainda não tinham merecido consenso.

No entanto, e de acordo com a metodologia adotada, a revisão do ACT exige um acordo global e só nessa altura pode ser considerado definitivo.

Refira-se que em muitas cláusulas está acordado o princípio e não o texto definitivo, razão porque a Febase não está ainda em condições de divulgá-las.

Caducidade

No entanto, há cláusulas em que se mantém ainda divergências, algumas de fundo, tendo as partes decidido reanalisá-las e fazer novas propostas, numa tentativa de ultrapassar o diferendo.

Entre elas estão as matérias que a Febase pretende ver salvaguardadas em caso de caducidade da convenção. A discussão adquiriu maior relevância face à anunciada intenção do Governo de alterar a lei para que seja possível,

nestas situações, uma redução salarial, ao pretender que apenas o salário base e as diuturnidades fiquem garantidas.

É verdade que entretanto o Governo recuou na sua pretensão, mas o alerta ficou. A Febase pretende que o futuro ACT contemple, entre outras, a defesa da retribuição mensal efetiva, ou seja, todas as componentes que constituem o vencimento. O grupo negociador das IC já deu o seu acordo de princípio a esta questão.

Outra reivindicação sindical em que já há consenso diz respeito ao automatismo do aumento nas pensões de reforma. Ou seja, se durante o vazio contratual as entidades patronais decidirem aumentar os salários dos trabalhadores no ativo, as pensões de reforma terão um acréscimo percentual igual.

Mas a Febase quer salvaguardar também outras matérias, como os planos complementares de reforma, a manutenção do SAMS e a garantia de que se manterão os 25 dias de férias. Estas questões não têm, para já, o acordo das IC.

Isenções e descanso semanal

Outras matérias classificadas como divergentes são a base de incidência das isenções de horário, trabalho suplementar e trabalho noturno, e o dia de descanso complementar, que nos termos da lei deixou de ser obrigatoriamente o sábado.

No caso das isenções de horário, ainda não houve entendimento entre a Febase e as IC sobre a inclusão das diuturnidades na base de cálculo do valor da mesma.

A Febase insiste em que ao salário base se somem as diuturnidades para o cálculo do valor da isenção de horário, do trabalho suplementar e da remuneração do trabalho noturno.

As partes divergem ainda quanto à percentagem a incidir sobre a base de cálculo que deve constar do ACT para o pagamento da isenção e do trabalho suplementar.

Relativamente ao dia de descanso complementar, as IC recusam-se a aceitar que este seja obrigatoriamente o sábado, como acontece atualmente.

Embora o grupo negociador das IC assegure que o objetivo não é abrir balcões ao sábado, quer garantir que sempre que seja necessário trabalhar nesse dia – por exemplo, para fazer formação – as IC estão isentas do pagamento como trabalho suplementar, argumentando que isso onera em demasia o custo do trabalho. Para a Febase esta pretensão das IC é inaceitável.

Refira-se igualmente que o grupo negociador das IC continua a não querer ver consignadas na convenção as normas do Código. Pelo contrário, a Febase mantém a insistência na necessidade de estas matérias constarem do ACT, não só para conhecimento dos trabalhadores como para garantir a sua defesa no futuro. ■



Viagens em Grupo com Guia-Acompanhante Oasistravel durante toda a viagem

EXCLUSIVOS OASISTRavel - SELECÇÕES 2014

**CONDIÇÕES
ESPECIAIS
FEBASE
Aproveite !!**

Pagamentos até 14
meses rigorosamente
sem juros ou
encargos

Acompanhamento
Oasistravel durante
toda a viagem

Oferta Taxa de
Reserva

Oferta Seguro de
Viagem VIP



OASISTRavel

**28 ANOS
de confiança**

**Riviera Francesa, Ligúria
& Lagos Italianos**
22 Junho - 1.644€
8 dias | P.C. | hotéis 4*

**Rússia Imperial
- Moscovo & S.Petersburgo**
21 Julho - 1.776€
7 dias | P.C. | hotéis 4*

**Alemanha - Floresta Negra
& Castelos da Baviera**
12 Set. - 1.456€
7 dias | 12 ref. | hotéis 3*/4*

Israel & Jordânia
13 Set. - 2.112€
12 dias | P.C. | hotéis 4*

Índia- Magia Colorida do Rajastão
c/ extensão ao Dubai
16 Set. - 1.592€
11 dias | P.C. | Hotéis 4*/5*

Budapeste
20 Set. - 944€
5 dias | 7 ref. | hotel 4*

**China Encantada com
Cruzeiro Rio Yangtzé**
21 Set. - 3.464€
15 dias | P.C. | htl/cruz. 4*/5*

Irão - Nos trilhos da Antiga Pérsia
12 Out. - 2.050€
10 dias | P.C. | hotéis 4*/5*

Perú - Magia do Império Inca
17 Out. - 3.360€
12 dias | P.C. | hotéis 4*/5*

Tailândia - Reino do Sião
1 Nov. - 2.595€
13 dias | P.C. | hotéis 4*

Argentina & Chile
Patagónia & Terra do Fogo
8 Nov. - 4.284€
13 dias | 17 ref. | hotéis 4*

Sul da Índia & Sri Lanka
c/ extensão ao Dubai
12 Nov. - 2.808€
16 dias | P.C. | hotéis 4*/5*

Cruzeiro na Ásia
Singapura, Tailândia & Malásia
29 Nov. - desde 1.992€
9 dias | P.C. | Mariner of The Seas

Cruzeiro Singapura, Tailândia,
Vietname, Hong-Kong, Macau
6 Dez. - desde 2.954€
17 dias | PC cruz. | Celebrity Millennium

Fim-do-Ano no Rio de Janeiro com
Iguaçu, Brasília & Amazônia
30 Dez. - 4.494€
12 dias | 14 ref. | hotéis 4*/5*

Faça "gosto" em



e receba as nossas novidades em tempo real.

CCT para a Atividade Seguradora

Um novo caminho... esperança reforçada!

Pretenderemos da APS,
a partir de agora,
um sinal claro, formal
e substancial, demonstrativo
de disponibilidade
e com um contributo
válido para a concretização
da atualização do CCT
de 2012

TEXTO: José Luis Pais*

A pesar de se aproximar para todos o período habitual de merecidas férias, não abdicamos de voltar ao impasse existente na negociação do CCT com a APS-Associação Portuguesa de Seguradores.

Independentemente da nossa postura eminentemente responsável e de inteira e total disponibilidade para as negociações, ficámos à mercê da maior seguradora do setor por ser entendida como uma empresa do setor público e essa circunstância, adversa a todos os seus trabalhadores – relembre-se as medidas impostas pelos Orçamentos do Estado – contribuiu para a situação de impasse negocial.

Esta "maré negra" passou e vislumbrase à nossa frente um novo caminho.

Como é consabido, está concluído o processo de venda do grupo segurador afeto à CGD, pelo que agora a Fidelidade-Companhia de Seguros, S.A. encontra-se com condições para normalizar as relações de trabalho no que concerne à aplicação da totalidade do CCT aos trabalhadores.

Esta reposição das condições referidas foram já confirmadas pela respetiva Comissão Executiva do Conselho de Administração.

Resolvida esta situação – relembre-se que estavam afetados cerca de 30% dos trabalhadores do setor segurador, ultrapassa-se também o obstáculo prin-

cipal às negociações contratuais com a APS, e permitirá retomar a sua via normal.

Pretenderemos da APS, a partir de agora, um sinal claro, formal e substancial, demonstrativo de disponibilidade e com um contributo válido para a concretização da atualização do CCT de 2012.

Sublinhamos que queremos ter esse entendimento e esperamos que as entidades patronais não venham a adotar uma atitude inamovível e inflexível.

Chegou a hora de uma esperança reforçada, porque existe um novo caminho para se percorrer.

Temos consciência plena de que o CCT vigente, ao ter sido alterado e de certa forma reformulado, passou a ser um instrumento coletivo regulador das relações laborais moderno, inovador e que, nesses termos, ficou em conformidade com a realidade de então, tendo

por esta via um papel catalisador na dignificação e promoção das pessoas.

Tudo isto foi certo e os trabalhadores sabem-no e reconhecem-no.

Continuaremos pois apostados em manter com firmeza a nossa disponibilidade, sempre assumida à mesa das negociações, em ordem a contribuir decisivamente para se acharem outras soluções. Como sempre dissemos e escrevemos, o CCT atual não está "fechado" a uma ou outra mais ampla garantia para os trabalhadores que representamos.

Certamente, como compreenderão, a época do ano em que nos encontramos não será propícia à retoma imediata das conversações negociais, mas fica em agenda a intenção para depois da época de férias, porque acreditamos que é possível. ■

**Vice-Presidente do STAS*





Foi Joaquim Sousa Ribeiro, presidente do TC, quem explicou o "chumbo" dos juizes

O Orçamento e o Tribunal Constitucional

Pelo terceiro ano consecutivo, normas do Orçamento do Estado foram consideradas inconstitucionais

TEXTO: JOSÉ PEREIRA DA COSTA*

Na verdade, no presente ano o Tribunal Constitucional (TC) considerou inconstitucionais os cortes salariais na função pública, as reduções na pensão de sobrevivência e a aplicação de uma contribuição nos subsídios de desemprego e de doença.

A declaração de inconstitucionalidade dos cortes salariais, de facto, baseia-se no facto de a medida ter sido agravada face a 2013 – considerando, também, que este ano, além de as reduções serem aplicáveis em vencimentos superiores a 675,00 € ilíquidos mensais, a taxa passou a variar entre 2,5% e os 12%.

Ou seja, o TC considerou que os cortes consubstanciavam um sacrifício e que esse sacrifício já ia além do lícito.

Um juízo de ilicitude inconstitucional, em sede de fiscalização abstrata, ou seja, no âmbito de verificação da "legalidade do processo legislativo", como temos vindo a insistir, é irrecorrível e não admite divergências: perante uma violação da Constituição, nada pode ser feito.

Destarte, a obrigatoriedade de conformação do poder legislativo, exe-

cutivo e jurisdicional assenta nesse pressuposto: aquela medida viola a Constituição e, por isso, deve ser expurgada!

A Constituição, qualquer uma, confronta-se com uma visão estática, que é, sem mais, a norma, e a visão dinâmica, que é a sua interpretação e a aplicação, num dado momento. Estas duas visões complementam-se no momento em que o julgador constitucional ajuíza a conformidade de determinada norma com a Constituição no seu todo – sempre alinhando a questão normativa.

Nestes últimos três anos o que sucedeu, do ponto de vista estritamente jurídico, não tem paralelo nos desígnios constitucionais portugueses: três orçamentos, três chumbos no Tribunal Constitucional.

Ora a consequência deste terceiro chumbo é, à data em que escrevemos, imprevisível, mas esperada: o Governo, considerando a vinculação internacional, recriará novos cortes na despesa.

É precisamente nesta questão que se deve colocar a vinculação do Estado à Constituição: chegou a hora de percebermos que não há forma de sarar uma lesão à Constituição, independentemente do motivo, ou da bondade da medida lesiva.

Neste quadro, a constitucionalidade das medidas legislativas, a legitimação constitucional de uma norma de restrição, deve ser a primeira condição que um Governo aferirá. Se não passar o choque constitucional, não deve vigorar no sistema jurídico de um Estado.

Perde, assim, sentido a opção portuguesa de não submeter este tipo de

medidas a um controlo prévio da constitucionalidade, que garanta, logo de início, a sobrevivência de uma norma que é, por si, fundamental ao cumprimento do programa governativo (independentemente do juízo político, que tem outra natureza, a legitimação normativa constitucional beneficiária, *ab initio*, o controlo efetivo da norma).

Por outro lado – e a nosso ver, mal –, a limitação dos efeitos do chumbo permite que o Governo não devolva aos trabalhadores o que lhes foi, inconstitucionalmente, retirado. Na verdade, esta abstração jurídica de permitir a produção de efeitos de uma medida inconstitucional (ou seja, mantém todos os efeitos que já se produziram na esfera do particular) tem um desvalor evidente e perigoso: produzem-se efeitos inconstitucionais que não são expurgados.

O particular – neste caso, o trabalhador – vê um direito ser inconstitucionalmente violado, não se expurgando da sua esfera de direitos todos os efeitos de uma inconstitucionalidade.

Assim, os efeitos imediatos da decisão do TC são simples: a partir de junho de 2014 os cortes julgados inconstitucionais deixam de ser aplicados.

Por fim, assinala-se que a consagração deste princípio da proibição de cortes que vá além do "sacrifício exigível" já estava enunciado e permitiu, no passado, que outros cortes salariais fossem admitidos pelo Tribunal Constitucional. ■

*Advogado do SBSI



Com o propósito de comemorar o 40.º aniversário da Revolução, a revista Febase inquiriu um conjunto de personalidades sobre a democracia e os sindicatos

40 anos de

Prossegue nesta edição a publicação das respostas ao inquérito realizado com o objetivo de saber como a sociedade vê os sindicatos e como perspetiva o futuro do sindicalismo em Portugal. O conjunto de depoimentos termina na próxima edição, com o testemunho de João Proença.



António Saraiva

Presidente da CIP

"Dar espaço de intervenção à negociação coletiva"

1 – Creio que, com a Revolução de 25 de Abril de 1974, a maior conquista dos sindicatos se situou no domínio da negociação coletiva.

2 – Sim, sem sombra de dúvida.

Relembro que foi num período marcado por uma forte crise económica e financeira que, em meados da década de 80, através do Decreto-Lei n.º 74/84, de 2 de março, se procedeu à criação do Conselho Permanente de Concertação Social, como expressão dessa Concertação tripartida.

O Conselho foi, então, criado junto da Presidência do Conselho de Ministros, com carácter consultivo e composição tripartida, com a finalidade de, a nível confederativo dos trabalhadores e dos empregadores, favorecer o diálogo e a concertação entre o Governo e aquelas organizações, a fim de assegurar a sua participação no âmbito da política socioeconómica.

O referido texto constituiu uma Recomendação sobre "Política de Rendimentos para 1987", de 29 de julho de 1986, a qual foi subscrita por todos os Parceiros Sociais com assento no Conselho Permanente de Concertação Social.

Sucederam-se mais cerca de 20 Acordos de Concertação, alguns dos quais sobrecritos por todos os Parceiros Sociais (v.g.: os Acordos sobre as matérias relativas à

Formação Profissional, de 1991 e de 2001, e os Acordos sobre Segurança e Saúde no Trabalho, também de 1991 e de 2001), que versaram inúmeras matérias, das quais merecem especial destaque a Política de Rendimentos e Preços, a Segurança Social, e diversos institutos de Direito Laboral, como o tempo de trabalho e a contratação coletiva.

Entretanto, o Conselho Permanente de Concertação Social deu lugar à Comissão Permanente de Concertação Social.

A criação da referida Comissão Permanente foi precedida de uma discussão, tida no início de 1990, sobre se a fundação do Conselho Económico e Social (CES), prevista no âmbito da segunda revisão constitucional operada em 1989, poderia pôr fim ao supramencionado Conselho Permanente de Concertação Social.

A vontade dos Parceiros Sociais ia no sentido de assegurar a autonomia do Diálogo Social, refletida, com grande sucesso, no Acordo Económico e Social de 1990, de que já falei.

Neste Acordo, ficou bem expresso que o Governo se comprometia a defender que a estrutura do novo CES integraria uma secção de Concertação Social com absoluta autonomia, e que tal secção teria as mesmas composição e funções do então Conselho Permanente de Concertação Social.

E foi precisamente essa a solução que veio a ser consagrada na Lei n.º 108/91, de 17 de agosto (chamada Lei do CES), que, para o que agora nos interessa, criou o Conselho Económico e Social e refundou a atual Comissão Permanente de Concertação Social com plena autonomia deliberativa relativamente às suas competências e atividades.

As perguntas

1 – Qual a maior conquista dos sindicatos com o 25 de Abril?

2 – A criação de novas estruturas de diálogo social, como a concertação social, são reflexo da consolidação democrática?

3 – A negociação coletiva está a ser ultrapassada por normas legais imperativas. De que forma afeta uma das funções primordiais dos sindicatos? Estará em causa a livre negociação?

4 – Face aos condicionalismos económico-financeiros do País, qual deverá/poderá ser o papel dos sindicatos nos próximos anos?



sindicalismo livre

Com este breve quadro quero, apenas, expressar que a criação destas "novas" estruturas contribui para a promoção e desenvolvimento do Diálogo Social, aspeto essencial das democracias que vigoram nas sociedades modernas e reflexo do respeito por um pilar fundamental do Modelo Social Europeu.

3 – Sempre houve normas legais imperativas no ordenamento jurídico Jus laboral português e nem por isso a contratação coletiva deixou de ter espaço e objeto.

A amplitude da imperatividade foi, aliás, substancialmente reduzida com a entrada em vigor do Código do Trabalho, em 2003, com a introdução do princípio geral da negociabilidade (v. artigo 4.º).

Através deste princípio, manteve-se a negociação em sentido mais favorável aos trabalhadores – como havia sido até esse momento –, tendo-se, no entanto, possibilitado, de forma inovadora, a negociação, também, para menos, relativamente às soluções constantes do Código.

Passou, desta forma, a propiciar-se os equilíbrios que as próprias partes tenham por mais ajustados.

Com a revisão do Código do Trabalho, em 2009, foram introduzidos nesse princípio geral da negociabilidade algumas limitações (v. artigo 3.º), mas que nunca o descaracterizaram ou, menos ainda, o subverteram.

De resto, a contratação coletiva, como mecanismo de ajustamento às especificidades sectoriais e empresariais, continua a deter primazia e latitude bem superior relativamente aos acordos individuais no âmbito de institutos como a "adaptabilidade", o "banco de horas" ou os "horários concentrados", dado que as exigências (v.g. percentagens de trabalhadores e número de horas) relativas à

implementação desses mecanismos nas empresas são sempre mais flexíveis quando previstos em instrumento de regulamentação coletiva de trabalho.

4 – Tem sido geralmente reconhecido que uma das vias mais importantes para ultrapassar a crise reside na reinstalação de um clima de confiança nos mercados, nos consumidores, no sistema financeiro e nas empresas, que conduza à retoma económica.

Neste contexto, é seguro dizer que as empresas que consigam transmitir maior confiança aos seus acionistas e investidores, aos seus trabalhadores, aos consumidores e à sociedade em geral, serão aquelas que estarão em melhores condições para ultrapassar e vencer a crise.

Aliás, a confiança, subjacente à concretização de parcerias, alianças ou outras formas de conjugação de esforços, não é alheia nem pode ser minimizada e, menos ainda, vista com indiferença, relativamente ao objetivo da criação de mais e melhores empregos.

É que a existência de parceiros ativos e responsáveis, com objetivos nacionais, é decisiva para a sobrevivência e desenvolvimento das empresas e, consequentemente, para a sustentabilidade e expansão da economia.

Os Parceiros Sociais em Portugal têm, necessariamente, de tomar em conta os novos dados económicos mundiais, e têm de adaptar-se às realidades através de um diálogo que olhe para o futuro em vez de contemplar o passado, a fim de impedir que a situação se degrade, por forma a garantir a sustentabilidade de níveis competitivos adequados.

Há, portanto, fortes razões que impõem um entendimento bastante alargado em matérias cruciais para a produtividade, a

competitividade, a criação de emprego e o reforço da coesão económica e social.

Em Portugal, na União Europeia e no Mundo, assiste-se, atualmente, à tendência para os Parceiros Sociais se debruçarem sobre matérias que vão para além da simples – embora bastante complexa – regulação de institutos jurídico-laborais.

É, portanto, necessário dar espaço de intervenção ao Diálogo Social e à Negociação Coletiva.

E, como temas essenciais para essa intervenção, destaco, a título de exemplo: a organização do tempo de trabalho, a formação profissional e o crescimento salarial sustentável.

Num período de dificuldades, nada mais ajustado do que reconhecer que todos temos responsabilidade acrescida em unir esforços para ultrapassar os obstáculos que se nos deparam.

Os sindicatos são, na minha perspetiva, interlocutores investidos de grande responsabilidade e que, no quadro de um diálogo social eficaz, se afiguram decisivos para impulsionar o desenvolvimento económico e social e, naturalmente, a inovação e a competitividade.

E isto num quadro de reforço e dinamização da contratação coletiva, dando-lhe espaço e modernizando-a, de forma a criar um verdadeiro campo em que as partes, pelas vantagens mútuas que podem obter, estejam dispostas a negociar e a que não falte pragmatismo.

Também aqui, na contratação coletiva, é necessário dar um sinal claro de confiança, em prol da competitividade, da atração de investimento direto estrangeiro e da criação de emprego.

E esse sinal consiste em passar das palavras aos atos, demonstrando, claramente, que são as empresas e os trabalhadores quem melhor conhece as condições e os contextos onde operam, formulando e ajustando as soluções mais adequadas a esses mesmos contextos.

Mas também é necessário que as soluções e os equilíbrios, alcançados num determinado momento e circunstancialismo, inspirem confiança, pela boa-fé que deve presidir à sua concretização.

Só assim o Diálogo Social ganhará dinâmica e eficácia.

E só assim se alicerçará e incrementará, em última análise, o bem-estar dos portugueses. ■



Coordenador incentiva reformados

"Venham experimentar a Universidade Sénior"

Em julho de 2013, Mário Rúbio não tinha dúvidas da mais-valia do projeto.

Quase um ano depois, o aumento de alunos veio dar razão ao coordenador da Universidade Sénior Pedro Santarém

TEXTO: PEDRO GABRIEL

Febase – Que balanço faz do ano letivo?

Mário Rúbio – É bastante positivo, pelo número de pessoas que aderiram ao projeto e pela satisfação que têm por virem às aulas. Criou-se um grupo bastante coeso e engraçado, com convívio além da universidade. É um incentivo para continuarmos, os próprios alunos desafiavam-nos em relação ao futuro.

P – Houve um aumento de alunos?

R – O número de alunos cresceu. Inicialmente tivemos apenas alunos provenientes do setor dos seguros, mas a divulgação junto dos sócios dos Sindicatos da Febase permitiu-nos atingir 50 pessoas a frequentar as aulas. Muitas delas trouxeram conhecimentos já adquiridos, que vão transmitindo aos outros, e que têm sido o suporte de muitas atividades.

P – Existem mais bancários ou trabalhadores dos seguros a frequentar a universidade?

R – Neste momento existem mais bancários, uma percentagem na ordem dos 65 a 70%. E dos seguros são quase todos oriundos da mesma empresa.

P – Quais as disciplinas com maior adesão?

R – Informática, Desenvolvimento Pessoal, Redes Sociais (que estão interligadas com a Informática), acabam por ter o mesmo número de alunos. E temos as Oficinas de Lazer, onde as pessoas partilham os seus conhecimentos no crochet, nos Arraiolos, etc.

P – Vão ser criados mais cursos?

R – Estamos a pensar dividir as Oficinas de Lazer em vários ateliês, para que as pessoas optem por uma especialização. Além do Inglês e História, podemos con-



tinuar a apostar na fotografia. Vamos ter também uma parte física, a nível de ginástica.

Inscrições sempre abertas

P – Quais são os principais problemas com que a Universidade se depara atualmente?

R – Temos dificuldade em encontrar formadores, porque como se trata de voluntariado as pessoas acabam por não ter muita disponibilidade.

Chegar aos sócios por vezes também não é fácil, sobretudo no setor dos seguros. Como não há revistas enviadas para casa das pessoas, o contacto é feito através do site, o facebook e e-mail, e atualmente as pessoas vêm a origem do e-mail e apagam-no logo.

Outro problema é a localização. Mais de 90% das universidades são localiza-

das, as pessoas têm as coisas muito próximas. Não é o nosso caso, as pessoas para virem aqui têm de se deslocar, o que implica custos.

P – Quando abrem as novas inscrições?

R – Vamos divulgá-las já a partir do início do verão e propor às pessoas que se inscrevam. Mas as inscrições vão estar sempre abertas.

Fazemos coincidir o nosso calendário com o oficial, porque muitos dos nossos alunos são reformados e como os netos ficam sem aulas a universidade para também, de forma a dar resposta às necessidades familiares.

P – Que mensagem gostaria de deixar?

R – Venham partilhar aquilo que têm e adquirir alguns conhecimentos. O que se tem conseguido de melhor na Universidade é o relacionamento entre as pessoas. É uma equipa muito gira, as pessoas fazem um grupo muito simpático, afável, e é muito agradável estarmos com elas. Ninguém é obrigado a inscrever-se, mas venham experimentar. ■

Criou-se um grupo bastante coeso e engraçado, com convívio além da universidade



Lisboa revisitada através dos miradouros

As Caminhadas Febase não param! Com o nome "Lisboa a seus pés", esta iniciativa levou os caminheiros à descoberta das melhores vistas da capital

TEXTO: PEDRO GABRIEL

Pela sua componente histórica, pelos monumentos icónicos ou pela proximidade ao rio, Lisboa é uma das capitais mais procuradas do mundo. As ruas pitorescas junta-se a simpatia dos portugueses e a gastronomia de chorar por mais.

Sendo a cidade das sete colinas, o seu terreno desnivelado é propício ao aparecimento de miradouros de onde pode ser apreciada a fantástica vista sobre a capital.

Foi para (re)descobrir estes miradouros que um grupo de mais de 30 pessoas decidiu saltar da cama bem cedo e reunir-se na manhã do dia 31 de maio para mais uma Caminhada Febase.



Como já é habitual, os participantes foram pontuais. Concentraram-se na estação do Rossio às 8h30, onde foi feito o habitual briefing. Tratou-se de uma caminhada de grau de dificuldade mé-

Não se esqueça!

Para participar nas caminhadas Febase deverá enviar para o e-mail caminhadas@febase.pt os seguintes elementos: nome completo, n.º sócio, sindicato, data de nascimento, nome e data de nascimento de todos os acompanhantes e comprovativo de pagamento. Para mais informações, fique atento ao blogue das caminhadas, em <http://febase-caminhadas.blogspot.pt/>

dio, com uma extensão de 14 quilómetros em percurso circular.

Numa manhã soalheira e ideal para a prática da caminhada, a organização guiou os participantes durante quatro horas e meia a todos os miradouros da cidade de Lisboa. A complementar o passeio houve comentários feitos por uma historiadora, que já é uma habituê nas caminhadas de cariz histórico. A sua explicação dos vários locais fez as delícias dos participantes, que assim aproveitaram para enriquecer os seus conhecimentos sobre a cidade.

Os caminheiros passaram pelos miradouros de Santa Catarina, São Pedro de Alcântara, Parque Eduardo VII, Penha de França, Monte Agudo, Senhora do Monte, Graça, Portas do Sol e Chão do Loureiro, cada um deles com características únicas, pelo que se torna bastante complicado eleger o melhor.

A organização das Caminhadas Febase deixou a promessa de continuar com este tipo de atividades. A próxima está já agendada para o sábado dia 28 de junho, desta feita pelas Serras de Al-Ruta, na Arruda dos Vinhos. Boas caminhadas! ■

Caminhar em Mafra

No dia 26 de abril realizou-se uma caminhada em Mafra, mais propriamente na localidade de Cheleiros. Com uma extensão de 10 quilómetros e um grau de dificuldade médio, esta caminhada comportou passagens por terrenos tradicionais e florestais.

A partida deu-se às 9h00 desde a igreja de Cheleiros, e como o tempo ainda ameaçava chuva, foi necessário recorrer às botas e aos impermeáveis, não fosse São Pedro brindar os caminheiros com um passeio molhado.

Ao longo dos trilhos foi possível observar a vegetação presente, num misto de cores que deixou todos os participantes com vontade de regressar.



Alunos dão 20 valores à Pedro Santarém

Um pequeno inquérito junto de quem frequentou o ano letivo da Universidade Sénior revela satisfação total: com as aulas, os professores e os colegas

A chegar ao fim o segundo ano letivo da Universidade Sénior Pedro Santarém, foi pedido aos alunos que partilhassem a sua opinião sobre o decorrer das aulas, as matérias dadas, o desempenho dos professores e o convívio entre todos.

O objetivo deste pequeno inquérito é permitir ajustar a oferta às expectativas dos formandos, de forma a melhorar o próximo ano letivo, que não tarda nada chega aí.

Os testemunhos que chegaram ao STAS, e que são transcritos nesta página, deixaram os responsáveis com a grata sensação de dever cumprido. As palavras sentidas e a sensação de preenchimento dos alunos são um incentivo para continuar a fazer cada vez mais e melhor.

A Universidade encerrou o ano letivo com um almoço-convívio e com a pintura de um mural na sala de aulas... e a promessa de que esta paragem para férias é um breve até já.

Eis os testemunhos:

Joaquina Gomes

Gostei do ano letivo, dos professores e colegas. Foram momentos agradáveis.

Amélia Cristóvão

Gostei muito do ano letivo. Os professores merecem pontuação máxima e os colegas todos 5 estrelas... 5 estrelas acho pouco, merecem muitas mais! Tenho-me sentido muito feliz.

Madalena Nogueira

Para mim foi como se voltasse à escola que eu gostaria de ter tido em miúda. Uma casa que nos recebeu maravilhosamente, com professores excecionais (...) Um ano letivo maravilhoso, onde partilhámos momentos muito bons. Aprendi a comunicar de maneira diferente. É como se tivesse voltado à adolescência.

Maria Ferreira

Professores e matéria dada: nota máxima. O mesmo para os colegas, temos uma boa convivência.



Durante uma aula

Maria Olívia

Foi um ano que passou muito depressa, aprendi muito com os excelentes professores que tivemos. E foi uma camaradagem muito salutar com os colegas. Ainda não acabou e já tenho saudades.

Romy Caetano

Foi maravilhoso: um ambiente familiar, professores com muita paciência... foi um ano muito bem passado, já sinto saudades.

Júlia Brilha

Foi maravilhoso e com excelente camaradagem.guardo o próximo ano.

Ana Maria Reis

Quanto aos professores e à matéria lecionada, tenho que atribuir a pontuação máxima (...). A convivência entre todos nós foi sempre salutar.

Diná Júlia Tavares

O ano letivo que passou a correr, as aulas foram todas ótimas (...). O bom ambiente e a interação tanto com professores como com colegas foram absolutamente fantásticos, melhor era impossível. Vamos continuar a reunir-nos durante as férias para os nossos ateliers (...) O meu agradecimento a todos, professores e colegas. Vamos continuar este salutar convívio.

M. A. Pratt

Uma nova "família", onde reina a camaradagem, boa-disposição e interajuda entre todos (professores, alunos e colegas).

Ana Nobre

Adorei frequentar a Universidade. Fez-me sentir novamente criança.

Ana Maria Guimarães

Adorei a experiência, fez-me sentir bem aprendi imenso, não só com os professores mas também com as minhas colegas – que posso dizer minhas amigas. Por isso espero continuar no próximo ano letivo.

Alberto Conceição

Foi bastante interessante por diversos motivos, como a aprendizagem, a ocupação e o convívio. Gostaria de continuar no próximo ano letivo. ■



O Convívio e a boa disposição fazem parte do "programa" escolar



"Concurso Ser Criança"



Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Seguradora



Concurso "Ser Criança" STAS

Para comemorar o Dia Mundial da Criança, o STAS lança um desafio aos filhos dos seus associados. Se tens até 12 anos, és criativo e gostas de fotografar, então este desafio é para ti! Mostra-nos a magia de Ser Criança... Dá largas à tua imaginação e fotografa aquilo que para ti significa "Ser Criança".

Tira uma fotografia que revele a criança que há em ti.

A foto não deverá ter qualquer tipo de tratamento e deverá ser enviada em formato JPEG, com tamanho máximo de 2 MB.

Envia a tua foto mágica até ao dia 15 de junho de 2014.

Temos prémios super mega mágicos para ti!

Vamos premiar as melhores fotografias em três escalões etários:

1º Escalão - até aos 6 anos de idade

2º Escalão - dos 7 aos 9 anos de idade

3º Escalão - dos 10 aos 12 anos de idade

Prémios

A melhor fotografia do 1º escalão, receberá:

- 1 Pack Picasso que contém: 1 avental pintura, 1 pack 5 guaches, 1 bloco especial pintura e 1 paleta de madeira tudo marca GIOTTO, patrocínio da SETOFFICE.
- 1 Turno Campo de Férias Aberto da Associação Jovens Seguros.

A melhor fotografia do 2º escalão, receberá:

- 1 Headphones, patrocínio da SETOFFICE.
- 1 Turno Campo de Férias Fechado da Associação Jovens Seguros.

A melhor fotografia do 3º escalão, receberá:

- 1 Impressora/Multifunções patrocínio da SETOFFICE.
- 1 Turno Campo de Férias Fechado da Associação Jovens Seguros.

Para participares basta enviáres a tua foto, com o teu nome, idade e o número de sócio da(o) mãe/pai para: patriciaaixinha@stas.pt | Para mais informações contacta-nos: 218 802 185 / 961 315 626

Mãos à obra pequena(o) fotografa(o)!



Jovens Seguros

SETOFFICE

www.stas.pt



CAMPO DE FÉRIAS ABERTO

Jovens Seguros

2014

Os preços incluem: Transporte, Alimentação, Seguros, Monitoragem Credenciada, Atividades de Orientação, Escalada, Slide, Rappel, Programas de Atividades adaptáveis às faixas etárias, Idas a Praias nos distritos indicados.

i Para Crianças e Jovens a partir dos 6 anos de idade

Preços:
107 Euros para Sócio e Colaborador de Empresa Associada
125 Euros para novos sócios

1º Turno: 23 a 27 de Junho
2º Turno: 30 de Junho a 4 de Julho
3º Turno: 7 a 11 de Julho
4º Turno: 14 a 18 de Julho
5º Turno: 21 a 25 de Julho
6º Turno: 28 de Julho a 1 de agosto
7º Turno: 4 a 8 de agosto
8º Turno: 11 a 15 de agosto

Pagamentos fracionados até novembro
(contacte para descontos e condições de pagamento)

www.jovensseguros.com . geral@jovensseguros.com . Tlm: 916 564 998 . Tlf: 21 880 21 60

CAMPO DE FÉRIAS FECHADO

Os preços incluem: Transporte de Lisboa, Porto ou Coimbra para Penamacor e regresso. Estadia em regime de pensão completa (alojamento, pequeno-almoço, almoço, lanche, jantar e ceia). Prática de Natação, Passeios, Caminhadas, Slide, Rappel, BBT/Ciclismo, Bismaga Ball e outras atividades apropriadas às faixas etárias envolvidas. Todos os materiais necessários às diversas atividades.

i Para Crianças e Jovens a partir dos 8 anos de idade

Jovens Seguros

Preços:
425 Euros para Sócio e Colaborador de Empresa Associada
525 Euros para novos sócios (valores para turnos de 15 dias)

2014

1º Turno: 19 de julho a 2 de agosto
2º Turno: de 2 a 16 de agosto
3º Turno: de 16 a 30 de agosto

Pagamentos fracionados até novembro
10% de desconto nos pagamentos efetuados na totalidade até a data de início do turno correspondente
(contacte para descontos e condições de pagamento)

www.jovensseguros.com . geral@jovensseguros.com . Tlm: 916 564 998 . Tlf: 21 880 21 60



TEXTO: INÊS F. NETO



SBSI presente no congresso da CSI

Reforçar o poder dos trabalhadores, pôr fim ao ciclo de salários de pobreza e pugnar pela segurança no emprego são algumas das linhas-mestras do programa de ação da Confederação Sindical Internacional (CSI), cujo 3.º congresso mundial decorreu em Berlim. Rui Riso representou o Sindicato, integrando a delegação da UGT

A maior organização democrática do mundo, que representa 325 centrais sindicais com 170 milhões de associados, realizou o seu 3.º congresso mundial na capital alemã, de 18 a 23 de maio, sob o lema "Reforçar o poder dos trabalhadores".

Na reunião magna da CSI estiveram presentes 1.500 sindicalistas de 161 países. O presidente da Direção do SBSI integrou a delegação da UGT, bem como Mário Mourão e Teixeira Guimarães, do SBN.

Rui Riso destacou a importância das conclusões do Congresso, nomeadamente o objetivo de aumentar o número de sindicalizados nos próximos quatro anos, essencial para dar mais força aos sindicatos na defesa dos trabalhadores.

O programa de ação da CSI para o novo mandato contempla três principais quadros de ação: crescimento dos sindicatos, cumprimento dos direitos dos trabalhado-

res e criação de empregos sustentáveis.

Ao longo dos seis dias de trabalhos, os participantes debateram a situação laboral, social e económica global, com o objetivo de encontrar novos rumos para o sindicalismo.

"Antes do Congresso, os trabalhadores e as trabalhadoras do mundo inteiro disseram-nos qual o programa a seguir: querem postos de trabalho seguros e um salário mínimo decente; querem controlar o poder das empresas; querem ter voz", afirmou Sharon Burrow no seu discurso de reeleição como secretária-geral da CSI.

"Partilhando as nossas experiências e trabalhando juntos conseguimos desenhar um plano de mudança para um mundo melhor", acrescentou.

No final do Congresso, os sindicalistas comprometeram-se a conseguir mais 27 milhões de membros nos próximos quatro anos, com o objetivo de reforçar o poder dos trabalhadores; pôr fim à escravidão moderna, de que o Qatar é um exemplo pela exploração de imigrantes; apoiar a criação de um salário mínimo com o qual os trabalhadores possam viver com dignidade, e pôr fim ao ciclo de salários de pobreza nas empresas mundiais; exigir um ambicioso acordo na luta contra as alterações climáticas na Cimeira do Clima, em Paris.

Proteger direitos

Um dos pontos altos do Congresso foi um debate sobre como proteger os direitos dos trabalhadores numa "era de insegurança, salários de miséria e desemprego". Participaram Guy Ryder (diretor-geral da OIT), John Evans (economista chefe da CSI), Sony Kapoor (do think-

tank internacional Re-Define), Bernadette Ségol (secretária-geral da CES) e Jayati Ghosh (professora de economia da Universidade Jawaharlal Nehru). A moderação esteve a cargo de Larry Elliott, correspondente económico do jornal The Guardian.

Entre possíveis soluções, os intervenientes preconizaram o fim dos paraísos fiscais, o incremento da despesa pública e o aumento de impostos para os mais ricos, bem como um imposto sobre os lucros não reinvestidos.

A condenação das medidas de austeridade foi unânime. "É importante mostrar que as medidas de austeridade fracassaram na Europa, tendo em conta que não houve redução da dívida pública dos países onde foram aplicadas", frisou Bernadette Ségol.

As análises e reflexões dos trabalhos e debates realizados contribuíram para a redação final do programa de ação da CSI até 2018, altura em que se realizará novo congresso. ■

Os eleitos

O 3.º Congresso mundial da CSI elegeu os responsáveis para dirigir a organização até 2018:

Secretária-geral – Sharon Burrow (reeleita);

Presidente – João António Felício (CUT-Brasil);

Vice-presidentes – Maria Fernanda Carvalho Francisco (UNTA-CS, Angola) e Karl-Petter Thorwaldsson (LO, Suécia);

Secretários-gerais adjuntos – Jaap Wienen e Wellington Chibebe;

O Conselho Geral estabeleceu ainda uma nova estrutura sub-regional para o mundo árabe.





TEXTOS: PEDRO GABRIEL

King

José Monarca campeão do Sul e Ilhas

Os bancários do Grupo Desportivo Santander Totta estiveram em grande destaque, ao ocuparem as três primeiras posições da tabela

A final regional do 8.º Campeonato Interbancário de King realizou-se em Ferreira do Zêzere nos dias 10 e 11 de maio, tendo contado com a participação de 16 concorrentes. Com muitos jogadores candidatos a levantar a taça, foi José Monarca (Santander Totta/Setúbal) quem mais se destacou, ao terminar na frente da classificação, com 1.440 pontos, e sucedendo assim a João Baleira como campeão regional.

A uma distância considerável ficou João Florêncio (Santander Totta/Portalegre), que alcançou 785 pontos, en-



José Monarca (de amarelo) na disputa pela vitória

quanto António Rafael (Santander Totta/Beja) conseguiu 730, o que lhe valeu o último lugar do pódio.

João Dionísio (D.R.A.P.C./Castelo Branco), com 695 pontos, e Caetano Moço (Unicre/Lisboa), com 640, terminaram na quarta e quinta posições, respetivamente.

De referir que os oito primeiros classificados garantiram o passaporte para a final nacional, que terá lugar no Vimeiro, nos dias 25 e 26 de outubro. ■

Xadrez

Xeque-mate para o título



O campeão (à direita) estuda a próxima jogada

Na final do Sindicato, Manuel Almeida arrecadou o principal troféu e sucedeu a João Pacheco como campeão regional

A final regional do 29.º Torneio Interbancário de Xadrez teve lugar nos dias 10 e 11 de maio, em Ferreira do Zêzere. De entre os 13 concorrentes, Manuel Almeida (BES/Lisboa), segundo jogador com maior ELO na prova, foi o mais feliz, terminando com 5 pontos, os mesmos que António Fernandes (Banco BPI/Lisboa), xadrezista com o ELO mais elevado de entre todos os participantes.

O campeão do ano transato, João Pacheco (Millennium bcp/Faro), não conseguiu revalidar o título e ficou-se pela terceira posição, com 4,5 pontos.

João Coelho (Santander Totta/Setúbal), com 4 pontos, e Micael Santos (Millennium bcp/Lisboa), com 3,5, completam o lote dos cinco primeiros.

A final nacional da prova está agendada para 25 e 26 de outubro, no Vimeiro. ■



Venha passear no Sado!

Desfrute um excelente dia de lazer num minicruzeiro pelo Sado, com a Arrábida no horizonte e os golfinhos por companhia

Como o Verão está à porta, nada melhor do que passar um dia a trabalhar para o bronze. O SBSI, através da Secção Regional de Setúbal, oferece-lhe a possibilidade de fazer um minicruzeiro pelo Sado, no dia 12 de julho.

O minicruzeiro Arrábida destaca-se pela subtilidade com que evolui pelas águas calmas do Estuário do Sado, propiciando um autêntico dia de praia e lazer.

A concentração está marcada para as 9h30, na entrada da marina de Setúbal, e o embarque para meia hora depois.

O minicruzeiro comporta passagens por Albarquel, Comenda, Forte do Outão, Figueirinha, Galapos, Portinho da Arrábida e Pedra da Anicha. Regresso ao Estuário do Sado, com passagem pelas Três Irmãs, Baía de Setúbal, Troia, Caldeira de Troia e Canto Verde.

E como os ares do rio abrem o apetite, durante o passeio será feita uma paragem para ser servido um almoço variado. O desembarque está previsto para as 17h00.

O preço desta viagem é de 35 € para adultos, 20 € para crianças dos 4 aos 12 anos e gratuito para crianças até aos 4 anos. O pagamento pode ser feito em três vezes e as inscrições serão consideradas por ordem de entrada nos serviços da Secção Regional. ■



Karting

Vitória de Carlos Gonçalves na 4.ª prova

O piloto do Banif foi o mais rápido no circuito de Campera e é líder isolado da classificação geral

O 17.º Campeonato Interbancário de Karting conheceu a quarta prova da 1.ª fase no dia 24 de maio. Foram 27 os concorrentes a responder à chamada e a conduzir as respetivas máquinas ao longo da pista do kartódromo de Campera.

Depois de uma corrida equilibrada, o primeiro a ver agitada a bandeiraxadrez foi Carlos Gonçalves (Banif), que assim alcançou 17 pontos, os mesmos que José Feliciano (Unicre), o segundo classificado. O último lugar do pódio ficou destinado para João Faria (BES), com 13 pontos. Com a mesma pontuação mas em quarto lugar terminou Luís Mendes (Banif). António Silva (IFAP) foi quinto, igualmente com 13 pontos.

Com a vitória nesta 4.ª prova, Carlos Gonçalves continua a liderar a classi-

ficação geral, agora com 62 pontos, mais dez que José Feliciano. A um ponto do segundo posto está João Faria, com um total de 51. Luís Mendes é quarto, com 44 pontos, ao passo que a quinta posição é ocupada por Luís Simões, com 40.

No dia 31 de maio realizou-se a quinta e última prova da 1.ª fase, em Palmeira, que ajudou a definir os pilotos que transitam para a meia-final, a realizar em 27 de setembro, no Bombarral.

Daremos conta de todos estes resultados em futuras publicações. ■

Bowling

Pedro Proença vence última jornada

Na derradeira ronda antes da final do Sul e Ilhas, a vitória sorriu ao concorrente do Banif, mas na classificação geral foi Jerónimo Fernandes a terminar na liderança

A 4.ª jornada do 7.º Campeonato Interbancário de Bowling realizou-se no dia 17 de maio, na Beloura, tendo contado com a participação de 27 concorrentes.

Esta última jornada ajudou a definir os vinte participantes da área de Lisboa que vão marcar presença na final do Sul e Ilhas, a realizar no dia 14 de junho, em Évora.

Após a realização das quatro partidas habituais, Pedro Proença (Banif) foi o vencedor, com 708 pontos, seguido de Olinda Bettencourt (Unicre), com 662. Na terceira posição terminou António Almeida (Millennium bcp), com 627 pontos. Fátima Ribeiro (Unicre), com 614, e Briano de Sousa (BPI), com 610, ficaram na quarta e quinta posições, respetivamente.

Na classificação geral, Jerónimo Fernandes conseguiu terminar em primeiro, com 2033 pontos. O concorrente do BdP foi mesmo o único a conseguir ultrapas-

sar a barreira dos 2000 pontos. Na segunda posição terminou Mário Batista (Banif), com 1987 pontos, mais dez que Pedro Proença, que assim arrecadou a terceira posição.

Com 1973 pontos, Pedro Pela (BdP) alcançou o quarto posto, tendo Olinda Bettencourt ficado muito perto, com 1972.

Artur Medina primeiro nos Açores

Em Angra do Heroísmo, também se disputou a última jornada de apuramento. No somatório das três melhores rondas de cada concorrente, Artur Medina (CEMAH) foi o vencedor, ao contabilizar 2065 pontos, qualificando-se assim para a final do Sul e Ilhas. Carlos Sieuve (CEMAH) foi segundo, com 1880, enquanto António Valinho (BANIF) terminou em terceiro, com 1722 pontos. ■





Trabalhar para ser feliz, ser feliz a trabalhar

Às vezes a felicidade conquista-se, com o verdadeiro recurso à adaptação e à compreensão no dinâmico quadro da vida

TEXTO: **SUSANA NOGUEIRA***

Todo o ser humano almeja a felicidade, essa palavra já tão refletida por vários pensadores e em vários momentos da História. Mas afinal o que é a felicidade?

No dicionário figuram várias definições de felicidade, tais como "estado de quem é feliz; contentamento; bem-estar; acontecimento feliz; bom êxito; boa fortuna; sorte; ventura". Portanto, o conceito de felicidade tem uma natureza subjetiva. O que para mim pode desencadear um estado de felicidade, para outrem pode não surtir o mesmo efeito, embora exista alguma unanimidade no que se refere aos acontecimentos que provocam felicidade.

Quando me sinto feliz significa que na minha mente existe um conceito de felicidade. Atrevo-me a dizer que felicidade é uma harmonia entre o que se deseja e o que se tem, constatando-se, ao longo da vida, uma imensidão de desejos a circular no universo humano. O ser humano é, por natureza, insatisfeito. É essa característica que, na justa medida, o faz evoluir. Depois de um desejo realizado, nasce outro e assim sucessivamente.

Um dia conheci uma senhora que estava sempre deprimida. Chamava-se Constança. Vivia num ambiente faustoso. Reunia todos os ingredientes para ser feliz, era saudável, bonita, amada pela família, tinha muitos amigos, não tinha qualquer dificuldade financeira. Ninguém entendia aquele rosto amargo, com sorrisos artificiais. Qual seria o conceito de felicidade de Constança? Foi observada pelos mais famosos psiquiatras do País. Todos procuraram conhecer o seu mundo interior, aplicando as mais recentes terapias medicamentosas e psicológicas. Nenhum descobriu a causa do es-



tado de ânimo e, conseqüentemente, os tratamentos falharam.

Estava um dia de inverno. Chovia torrencialmente. Constança meteu-se no seu Mercedes e dirigiu-o até à praia. O nevoeiro estava cerrado, não se via o horizonte. O mar estava revolto, exibindo ondas gigantes e raivosas. Saiu do carro e caminhou pela praia ao encontro do mar. Não sentia qualquer medo. Em segundos ficou com a roupa colada ao corpo. Os cabelos escuros e encaracolados ficaram finos e escorregadios. A água estava gelada. Cobria-lhe a cintura. Constança deixou-se ir. Quando acordou estava numa casa humilde, estendida numa cama fofa, coberta de cobertores quentes em tons coloridos. Nesse dia, fora salva por um pescador. Jamais esqueceria o seu olhar de plena tranquilidade e sabedoria. Tinha encontrado aquilo que vivia no seu interior há anos, mas que nunca tinha conhecido.

O velho pescador, de cara enrugada e de olhos safira dissera-lhe que o lhe faltava era encontrar um objetivo que a fizesse sentir útil. Aquelas palavras soaram, na cabeça de Constança, como uma fórmula mágica. A sua natureza dinâmica e solidária estava subjugada aos hábitos que adquirira após a reforma. Nunca ninguém lhe dera esse conselho de uma forma tão assertiva. Afinal, Constança adquirira hábitos, que para o senso comum levariam a um estado de felicidade. Convivia com as amigas, frequentava o ginásio duas vezes por semana, viajava.

Pela primeira vez, depois da reforma, voltou a sentir-se feliz. Já não tomava ansiolíticos para adormecer, nem antidepressivos. Voltou a sorrir com autenticidade, os olhos adquiriram um novo brilho. Constança acordava, todos os dias, às 8 da manhã. Nunca se desleixava com o horário,



- ou um bancário chamado Frederico



fazia-o como se fosse obrigatório. Três vezes por semana, dedicava-se ao voluntariado num hospital. Voltara a pintar. Agora sentia-se útil.

Esta vontade de ser útil é intrínseca ao ser humano, mesmo àqueles que têm uma atitude de maior inércia.

Há tempos conheci um colega com quem tive a honra de trabalhar. Chamava-se Frederico, era bancário há muitos anos e sempre trabalhara em áreas operacionais. Acumulava anos de experiência na lida com papéis. Era muito organizado e tinha um raciocínio analítico bem desenvolvido. Foi transferido para a área comercial, porque o departamento onde trabalhava tinha sido transferido para Lisboa. A partir daí ficou com um olhar nostálgico e errático. Parecia evidente que não se identificava

com o novo trabalho. Tinha uma natureza tímida. Quando enfrentava um cliente era como se enfrentasse um inimigo. Encolhia-se, por dentro. Deixava o medo apoderar-se de si. Tentava disfarçar, com o seu ar educado e simpático. Os resultados laborais que apresentava, muito aquém das suas reais possibilidades, não eram surpreendentes, porque não acreditava ser capaz de desenvolver aquele trabalho, porque resistia e quanto mais resistia, mais enfraquecia.

Nos primeiros três meses emagreceu. No rosto viam-se duas covas salientes, por baixo dos olhos, que agora estavam sem luz. De noite, quase não dormia, atrás de um passado que já não existia. Naquela agência nunca ninguém reparara no estado de alma do Frederico. Todos corriam desenfreadamente, atrás dos resultados. Ninguém compreendia que o Frederico era uma peça importante naquele conjunto. Tinha imensas qualidades, era organizado, honesto, trabalhador, solidário, educado. Todas essas qualidades estavam subaproveitadas naquela equipa, que mais parecia um conjunto de pessoas individualistas e egoístas. O Frederico sentia-se infeliz.

Estava um dia lindo, de primavera. Na rua sentia-se uma brisa cálida a tocar-nos no rosto. Convidei o Frederico para almoçar. Aceitou de bom agrado, deixando escapar do rosto um sorriso verdadeiro. No restaurante, e compreendendo já o seu problema, olhei-o nos olhos e disse-lhe que ou ele mudava de atitude face ao novo trabalho, ou então mudava de funções. No entanto, esta última hipótese estava fora de questão, em virtude da idade. Tinha duas filhas a estudar na faculdade.

Estava a caminhar para o abismo. Tinha de mudar, urgentemente, a forma de pensar e de se automotivar. Tinha uma caminhada pela frente. Uma nova realidade de trabalho. Era uma pessoa capaz. Tinha de acreditar nas suas capacidades. E sempre que falasse com um cliente deveria fazê-lo como se estivesse a falar com um grande amigo, de forma a fazer nascer a empatia entre ambos. Disse-lhe que o medo está na nossa mente, que há que saber utilizá-lo a nosso favor. Aconselhei-o, também, a fazer meditação de 15 minutos, duas vezes por dia, de forma a serenar a mente.

Gradualmente, Frederico mudou a atitude face ao trabalho. Entregava-se a ele. De manhã, quando entrava, dizia para si que iria fazer o seu melhor e com muita persistência.

Passaram-se seis meses, Frederico converteu-se no melhor vendedor da agência. Os colegas nem queriam acreditar. Já não tomava comprimidos para dormir. Sentia-se livre, realizado e feliz. Conseguiu adaptar-se e descobrir-se num ambiente que julgava ser adverso à sua natureza.

Às vezes a felicidade conquista-se, com o verdadeiro recurso à adaptação e à compreensão no dinâmico quadro da vida. Não pretendo dizer com isto que devemos ser acomodados. Mas antes reconhecer que quando não há alternativa, não devemos resistir, pois quando mais resistimos mais frágeis ficamos. Na natureza constata-se essa realidade. Quando há mudanças no ecossistema, os organismos adaptam-se, desaparecendo os mais fracos. Darwin evidenciou essa ideia através da teoria sobre a evolução das espécies.

Atualmente, vivemos num mundo de exageros de informação e de comunicação desenfreada via redes sociais, que tantas vezes substituem os afetos pessoais, de consumismo desregrado, de velocidade excessiva, de egoísmo desmedido e de muito mais, de tudo o que desemboca no nada. Procuramos a essência da felicidade fora de nós, querendo o protagonismo e o fortalecimento de egos, reconhecendo a nossa essência naquilo que temos, num belo automóvel, nas jóias, nas roupas, na beleza física e não naquilo que verdadeiramente somos, onde habita a essência do nosso humanismo.

Afinal, a evolução tecnológica não acompanhou a evolução do pensamento. Em muitas situações continuamos a viver numa verdadeira selva, de verdadeira submissão do ter ao ser. A felicidade deve sair de dentro para fora, através de um autoconhecimento profundo. Devemos adaptar o universo humano ao universo cósmico. As regras são as mesmas. É preciso respeitá-las, ao invés de permitir que sejam desvirtuadas pelos pensamentos e pelas ações negativas.

Deixo-vos com um enorme sorriso. Sejam felizes! ■

**Sócia do SBN*





TEXTOS: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

SBN promove noitada de S. João



A festa será animada com música ao vivo e lançamento dos tradicionais balões joaninos

A Comissão Sindical de Reformados, em colaboração com a Direção do SBN, vai levar a efeito a partir das 20h00 do dia 23 de junho, no terraço do edifício SAMS (Rua de S. Brás, 444, no Porto), uma noitada de São João, dirigida a todos os bancários sócios do Sindicato e respetivos agregados familiares.

A noite será animada com música ao vivo e lançamento de balões de S. João.

A comemoração do Santo patrono do Porto inclui jantar, no qual serão ser-

vidos os pratos tradicionais – como a sardinha assada e o caldo verde –, mas também diversas saladas. Tudo regado por bons vinhos verdes e maduros, cerveja e sangria, por entre outras bebidas. E para terminar não faltarão as sobremesas, café e digestivo.

As inscrições devem ser efetuadas até 19 de junho na Loja de Atendimento do SBN (Rua da Fábrica, n.º 81), pelos telefones 223 398 800/05/09/17, por fax 223 398 877 ou pelo email sag@sbn.pt, onde poderão também ser obtidas mais informações. ■

Caminhada entre castros e moinhos

A iniciativa tema "Põe-te a andar, pela tua saúde ..." prossegue a 14 e 15 de junho com a realização da 22.ª caminhada, em S. João das Arribas, concelho de Miranda do Douro, no percurso "Castros e Moinhos".

O itinerário percorre uma região granítica, com paisagens simultaneamente agrestes e belas, onde o vale escarpado (arribas) do rio Douro contrasta com o vasto planalto mirandês.

Ao longo dos oito quilómetros, os caminhadores descobrirão a fantástica

beleza das paisagens das Arribas do Douro e os vários mistérios dos Castros de Vale de Águia e de São João das Arribas.

Nessa área destacam-se a fauna e a flora, associados ao património arqueológico, histórico, arquitetónico e etnográfico, únicos em todo o País. O percurso passa pelas aldeias de Vale de Águia e Aldeia Nova.

Esta iniciativa, que será acompanhada por um professor especializado em história da região, só se realiza com um máximo de 55 inscrições e só



haverá lugar a transporte em autocarro com um mínimo de 35 inscrições para esse efeito. ■



Guimarães visita Itália

A Comissão Sindical da Delegação de Guimarães, no cumprimento do compromisso assumido com os associados, programou para este mês uma viagem a Itália, com visita a Veneza, Pisa, Florença, Roma e Nápoles.

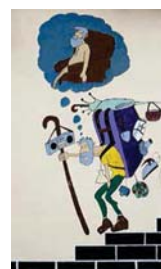
O passeio de quatro dias, em regime de tudo incluído (viagem e hotel 4*, excetuando os 128 € de taxas de aeroporto), tem o preço de 1.145 € por pessoa em quarto duplo. Para mais informações, contactar a delegação do Sindicato dos Bancários do Norte em Guimarães.

A Torre de Pisa, que se localiza na praça dos Milagres da cidade, Itália, começou a ser construída em 1174 e foi projetada para abrigar o sino da catedral. A estrutura que causa espanto aos turistas começou a inclinar quando três dos oito andares já estavam prontos. A obra foi finalizada em 1350, com 56 m de altura.

Segundo alguns geólogos, um dos principais fatores para a inclinação foi a escolha do lugar onde a torre foi construída.

Atualmente, a inclinação da torre chega a cerca de 3,97 graus e aumenta a uma média de 20 mm por ano. Um trabalho iniciado na base da estrutura em 1990 conseguiu diminuir a inclinação em 1,3 cm. ■

Graffitis em exposição fotográfica



"Caminhos" é o tema genérico que o Núcleo de Fotografia do SBN adotou para as exposições mensais que mantém patentes na galeria do sindicato, na Rua Conde de Vizela, 145.

Esta mostra, da autoria de Júlio Pereira e cujo tema específico é "Graffitis", pode ser visitada no período de 4 de junho a 2 de julho, das 15h00 às 17h30, todas as quartas e quintas-feiras. ■



Beneficiários familiares

Alteradas regras de inscrição nos SAMS



Conselho Geral aprova limite à inscrição de beneficiários familiares nos Serviços de Assistência Médico-Social sempre que "sejam ou possam ser beneficiários titulares de outro sistema ou subsistema de saúde"

TEXTO: **SEQUEIRA MENDES**

O Conselho Geral aprovou uma deliberação da Direção, subscrita pelo Conselho de Gerência, em que os beneficiários titulares que sejam ou possam ser beneficiários de outro sistema ou subsistema de saúde terão apenas direito

à atribuição de benefícios em regime de complementaridade.

Esta deliberação surge na sequência das alterações verificadas nomeadamente na ADSE, e tem por objetivo evitar uma eventual migração de beneficiários titulares desse e de outros subsistemas de saúde para os SAMS.

Ou seja, em virtude das alterações recentes muito sensíveis que têm vindo a ser introduzidas no subsistema ADSE, e que se têm pautado pela diminuição de benefícios ao mesmo tempo

que os encargos dos beneficiários têm vindo a aumentar, no sentido da autosustentabilidade daquele subsistema, os SAMS viram-se obrigados a tomar estas medidas.

Por outro lado, o facto de o pressuposto da autosustentabilidade do subsistema assentar na liberdade que passa a assistir aos seus beneficiários de poderem optar por se manterem ou não inscritos na ADSE – com a agravante de poder vir a ser posto em causa o princípio da complementaridade – torna previsível a migração de beneficiários familiares desses subsistemas de saúde para os SAMS, que foi preciso acautelar desde já.

Assim, e de acordo com esta deliberação, os beneficiários titulares que sejam ou possam ser beneficiários de outro sistema ou subsistema de saúde terão apenas direito à atribuição de benefícios em regime de complementaridade nos SAMS. ■

Reformados no Casino Estoril

Meia centena de sócios reformados assistiu ao espetáculo de Fernando Pereira

TEXTO: **SILVINO MADALENO**

Nem sempre a velha máxima de que "o que começa torto tarde ou nunca se endireita" prevalece. Foi o que aconteceu com este evento, que foi programado inicialmente para 27 de março mas por razões logísticas do promotor foi adiado para o dia 28. Porém, e devido a problemas de saúde de Fernando Pereira, o espetáculo foi cancelado, acabando finalmente por ter lugar no dia 11 de abril.

Mas nem por isso o programa deixou de ser do agrado da cerca de meia centena de associados que rumaram ao "Salão Preto e Prata" num redesenhado e remodelado Casino Estoril, para assistirem a esta produção, realmente inovadora



na forma e no conteúdo, uma vez que neste aspeto aquilo que era expectável aconteceu: um revisitar de grandes êxitos de grandes nomes do mundo do espetáculo, quer a nível global quer no âmbito mais doméstico, recriando alguns dos temas e registos mais populares e marcantes da música ligeira.

Uma grande noite, animada por um excelente executante do instrumento

"voz", que com grande denodo foi superando algumas limitações que a mal curada maleita responsável pelo cancelamento do espetáculo ainda condicionava na "performance".

Este evento contou também com um agradável lanche-convívio nas Caldas da Rainha, que deu traquejo aos participantes para enfrentarem o longo dia e noite por que se prolongou esta ação. ■



Bancários destacam-se

De dirigente sindical a colecionador

Bancário e membro dos Corpos Gerentes do SBC na década de 70, Francisco Moreira de Oliveira aproveitou a reforma para intensificar uma paixão de infância: o colecionismo.

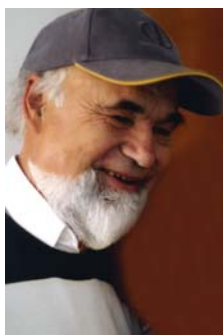
Algumas das suas peças estão expostas na sede do Sindicato

Texto: **A. CASTELO BRANCO**

A diversidade de objetos que fazem parte da exposição de Francisco Moreira de Oliveira, conhecido por todos como Xico Moreira, maravilha quem se dirige à sede do SBC, onde está patente.

Quase todos os objetos se situam, no tocante à sua utilização, entre os anos 20 e os 70 do século passado. Alguns há, porém, que dizendo da história a relembram, como é o caso da máscara de gases, do rádio transmissor e do capacete da Primeira Guerra Mundial.

Igualmente a matraca que ali se evidencia faz parte desses objetos específicos, lembrando a sua utilização obrigatória pelos leprosos na Idade Média, quando se aproximavam dos povoados: "Tocarás sempre o teu sino ou matraca quando pedires esmola". Também a Igreja as fez utilizar em tempos não muito recuados, quando pela Quaresma era proibido tocar sinos e campanhas para anunciar as procissões e os enterros e a Inquisição as fazia ouvir à passagem dos condenados a caminho da execução.



Francisco Moreira de Oliveira



Máscara de gás da I Guerra Mundial



Objetos da escola de outros tempos



A matraca, utilizada pelos leprosos na Idade Média

Quanto às outras peças, elas falam do dia a dia dessa época e daí as chapas dos registos das charretes e dos carros de bois nas Câmaras, por via da jugada e do trabalho braçal que os lavradores estavam obrigados a prestar à autarquia. Também a placa identificativa do chefe dos cantoneiros ali se encontra, lado a lado com a balança de ourives com pratos de osso, o saca-rolhas, a lamparina de álcool, a cigarreira, o isqueiro de pescador, a graxa para os sapatos, o molhador de selos, o creme nupcial, o escarrador portátil e tudo o mais, digno da maior atenção.

A escola e os brinquedos artesanais podem ser recordados quando se olha a malograda régua ou menina-de-cinco-olhos com que as crianças eram castigadas por não saberem a tabuada e a aritmética, o tinteiro das carteiras, os óculos do professor, a caneta de aparo, a carreta dos rapazes, o pião enrolado com a trança, o rapa, o guiso, a corneta... enfim um mundo de ontem ainda na memória de muitos, trazido pela mão de

Xico Moreira, um homem com paixão pelo colecionismo.

Prazer antigo

Natural de Coimbra, Xico Moreira foi funcionário do Banco Espírito Santo ao longo de 37 anos. Fez parte dos corpos gerentes do SBC na década de 70 e colaborou na fundação dos SAMS.

Fascinado desde a infância pelo colecionismo, a pouco e pouco começa a recolher e a organizar todo um apreciável espólio em redor das velharias, ao mesmo tempo que vai adquirindo conhecimentos relacionados com o seu restauro e classificação.

Tem de tudo um pouco pois, como diz, todas as velharias o fascinam.

Uma vez na reforma, Xico Moreira começa a frequentar feiras e outros locais onde é possível transacionar, conviver e aprender cada vez mais, sendo hoje considerado uma pessoa de referência naqueles ditos espaços. ■



TEXTO: PEDRO VEIGA/SEQUEIRA MENDES

Pesca de Rio

António Bonito destaca-se na 1.ª prova



Um total de 1.110 kg de peixe capturado deu a vitória ao pescador da CCAM de Montemor-o-Velho

Teve lugar no dia 24 de maio passado, na pista do rio Mondego, em Penacova, a primeira prova de Pesca de Rio, a primeira de três provas que irão definir os representantes do SBC à final nacional, que se disputará em setembro na pista da Ratoeira em Celorico da Beira.

Os 36 pescadores inscritos foram divididos em 3 setores, sendo surpreendidos por um dia muito frio, não reunindo, portanto, as condições para o sucesso. Daí que o pescado fosse muito pouco, embora o primeiro classificado, António Bonito, da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Montemor-o-Velho, com um total de 1.110 kg de peixe, se tenha justamente sagrado vencedor com uma boa pescaria.

Fernando Tomás Luís, seguido de José Nunes Nápoles e Manuel João Inácio, destacaram-se no Setor A. No Setor B, Rui Nunes foi o primeiro, seguido de José Maria Ferreira e José Silva Ferreira. Por último, no Setor C venceu José António Bonito, seguindo-se António Lucas Cascão e Joaquim Vaz Mendonça.

A segunda prova está agendada para o dia 14 de junho na pista de Montemor-o-Velho, sendo que a terceira e última prova de classificação terá lugar na pista da Ratoeira, em Celorico da Beira, antecipando assim o local onde se vai disputar a final nacional, que se realizará também nesta pista. ■

Pesca de Mar

Apurados participantes na final nacional

António Cascão, Manuel Nobre e Manuel Barqueiro foram vencedores da última prova do campeonato regional

A terceira e última prova do XXXV Campeonato de Pesca de Mar do Sindicato dos Bancários do Centro decorreu dia 3 de maio na vila piscatória da Nazaré, hoje famosa mundialmente pelas suas ondas gigantes que chegam a atingir 30 metros de altura e que fazem as delícias dos surfistas.

Finalmente o tempo fez uma surpresa agradável aos pescadores, com São Pedro a brindá-los com um dia muito agradável, muito sol e ausência de vento, mar calmo, prenunciando todas as condições para uma pesca abundante. Porém, como não há bela sem senão, o peixe encontrava-se noutras paragens, condicionando a atuação dos atletas que, ainda assim, tiveram um



dia que se saldou pela realização de poucas mas boas prestações.

As tainhas, embora escassas, foram a espécie mais capturada, mas longe de outros tempos; algumas sarguetas, poucos budiões e cavalas, constituíram o conjunto da captura.

António Cascão, Manuel Nobre e Manuel Barqueiro foram, por esta ordem, os três primeiros classificados.

Esta classificação, conjugada com as provas anteriores já disputadas, estabeleceu a classificação final, sendo os seguintes os atletas que irão à final nacional, a disputar em Peniche, a 11 de outubro: António Cascão, Vítor Malheiros, Pedro Veiga, Fernando Luís, Manuel Barqueiro, Joaquim Fagundes, David Faria, António Gonçalves, Manuel Nobre e Rogério Silva. ■





CONCURSO FOTO FEBASE

Fotos apuradas no mês de maio

TEMA - COISAS E GENTES DA MINHA TERRA



"Ursa ao longe"
Pedro Mendes



"Janela do tempo"
Francisco Oliveira



"Contrastes da cidade"
Rui Gonçalves



"Depois da tempestade"
Manuela Viola



"S. Pedro de Moel"
José Pinto



"Vícios"
Paulo Jorge

TEMA - LIVRE



"Yellow"
Jorge Araújo



"Escaroupim"
Hugo Nogueira



"Chamada de longa distância"
Francisco Oliveira



"Ser Iheú é..."
Paulo Jorge



"Godés"
Emanuel Pontes



"Reflexos"
Jorge Araújo